



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Paralisação da Sena Sugar Estates-Marromeu e o impacto para os trabalhadores, 1984-
2000

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção
do grau de Licenciatura em *História* da Universidade Eduardo Mondlane

Carlos Domingos Quembo

Maputo, 2004



*Paralisação da Sena Sugar Estates-Marromeu e o impacto sócio-económico para os
trabalhadores, 1984-2000*
Carlos Domingos Quembo

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção
do grau de Licenciatura em *História* da Universidade Eduardo Mondlane
Carlos Domingos Quembo

Departamento de História
Faculdade de Letras
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: *Prof. Dr. David Hedges*

Maputo, 2004

O Júri:

O Presidente

Paulo Kizos

O Supervisor

David Hedges

O Oponente

Alfredo

Data

17.6.04

U.E.M. - FLCS	
R. E.	<i>30170</i>
DATA	<i>17/06/04</i>
AQUISIÇÃO	<i>02/07/04</i>
COTA	<i>HT-135</i>

DECLARAÇÃO

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal”.

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir as causas que conduziram a paralisação da SSE Marromeu e o impacto desta paralisação para os trabalhadores até então empregos.

Para a realização do trabalho foram conjugados diferentes métodos. A pesquisa documental, entrevistas a alguns trabalhadores da empresa e outros que tinham ligação com o objecto do trabalho, e visita às infra-estruturas da empresa. Na selecção dos entrevistados, foram privilegiados trabalhadores afectos na empresa antes da paralisação, sem menosprezar as outras categorias de informantes.

O trabalho chega a algumas considerações que não constituem de forma alguma esgotamento do estudo.

i) Não houve uma única causa para a paralisação. Ela resulta da conjugação de várias causas em diferentes momentos. O desinvestimento, acompanhado da fuga de técnicos nas vésperas da independência, a incapacidade do governo de cobrir o défice deixado pelos antigos proprietários e o conflito entre o governo e a Renamo. Neste conjunto de causas, a guerra pode ser considerada o principal agravante e o que precipitou a paralisação.

O impacto da paralisação deve ser entendido tendo em conta as diferentes categorias de trabalhadores e os diferentes direitos e obrigações que estes tinham.

Os trabalhadores sazonais e eventuais, foram imediatamente dispensados. Isto porque a contratação destes só era necessária sem a paralisação. Os trabalhadores efectivos não foram dispensados. A sua dispensa implicava o pagamento de indemnizações e a empresa na altura não podia responder à esta obrigação. Estes trabalhadores permaneceram na empresa dada a dependência que se criara deste para com a empresa. Mas de realçar que as condições destes trabalhadores deterioraram com a paralisação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por me terem matriculado, aos meus professores que me ensinaram durante os cinco anos, aos meus colegas pela contribuição na discussão do tema, ao meu supervisor (Prof. Dr. David Hedges), ao NET, em particular a Fundação KELLOG, pelo apoio financeiro, ao Prof. Dr. Chilundo pelos Seminários, ao Prof. Dr. Yussuf Adam, pelos ensinamentos da vida, ao Prof. Dr. Joel das Neves Tembe (coo-supervisor), á Dona Maria Amélia Mondlane, pelo apoio material cedido, ao Sr. Vita Assane, pelo apoio na identificação de informantes e apoio na cedência de transporte para trabalho de campo em Marromeu e aos meus familiares (em particular minha irmã, Filomena Maria Quembo) pelo apoio moral na prossecução do trabalho.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e a minha maninha Filomena Maria Quembo.

Filomena Maria Quembo



Índice

Lista de abreviaturas.....	1
Capítulo 1: Introdução	2
1.1. Aspectos geográficos do distrito e da empresa.....	3
1.2. Conceptualização : que paralisação.....	3
1.3. Balizas cronológicas.....	4
1.4. Contextualização.....	5
1.5. Revisão da literatura e problematização.....	7
1.6. Objectivos do trabalho.....	9
1.8. Hipóteses de trabalho.....	9
1.9. Metodologia e o plano de pesquisa.....	10
Capítulo 2: Periodização da fábrica de Marromeu	10
2.1. Primeiro período: do início à intervenção.....	11
2.2. Segundo período: da intervenção até a privatização, 1978 – 1998.....	13
2.3. Terceiro período: da privatização ate a reactivação, 1998-2001.....	16
Capitulo 3: Causas da paralisação	17
3.1. Constrangimentos da produção de açúcar até a paralisação, 1973 – 1984.....	17
3.2. Aversão ao risco: um princípio económico nas vésperas da independência.....	20
3.3. Os resultados da intervenção.....	21
3.4. A guerra no pós – independência.....	25
Capítulo4: O significado da SSE - Marromeu para os trabalhadores	27
4.1. O ciclo de produção de açúcar e a necessidade de mão de obra.....	27
4.2. Categoria e sistemas de recrutamento dos trabalhadores.....	30
4.3. Categoria, Direitos e obrigações dos trabalhadores.....	35
Capítulo 5 : Impacto da paralisação para os trabalhadores	38
5.1. Situação da força de trabalho, da intervenção a paralisação.....	38
5.2. Reestruturação da força de trabalho e diversificação da produção.....	39
5.3. Fuga e redução do efectivo dos trabalhadores.....	41
5.4. Degradação dos direitos e obrigações dos trabalhadores.....	42
5.5. Indemnização, Salários deficientes e greves.....	44
5.6. Privatização, desvinculação, reforma, transição e diferença de tratamentos.....	48
5.7. O papel do SINTIA, da intervenção à privatização.....	51
5.8. Da privatização ao fim da paralisação.....	53
6. Considerações finais	54
Fontes utilizadas	56
Anexo1: Guião de entrevistas	
Anexo2: Cronologia	
Anexo3: Bairros da SSE- Marromeu	

Lista de abreviaturas

AGP – Acordo Geral de Paz

APAMO- Associação dos Produtores de Açúcar de Moçambique

CDA- Centro de Documentação do Sector Agrícola

CEA- Centro de Estudos Africanos

COMUTRA- Comité da Mulher Trabalhadora

CPI- Centro de Promoção de Investimentos

EUA- Estados Unidos da América

IAC- Instituto Agrário de Chimoio

INA – Instituto Nacional do Açúcar

MADER- Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural

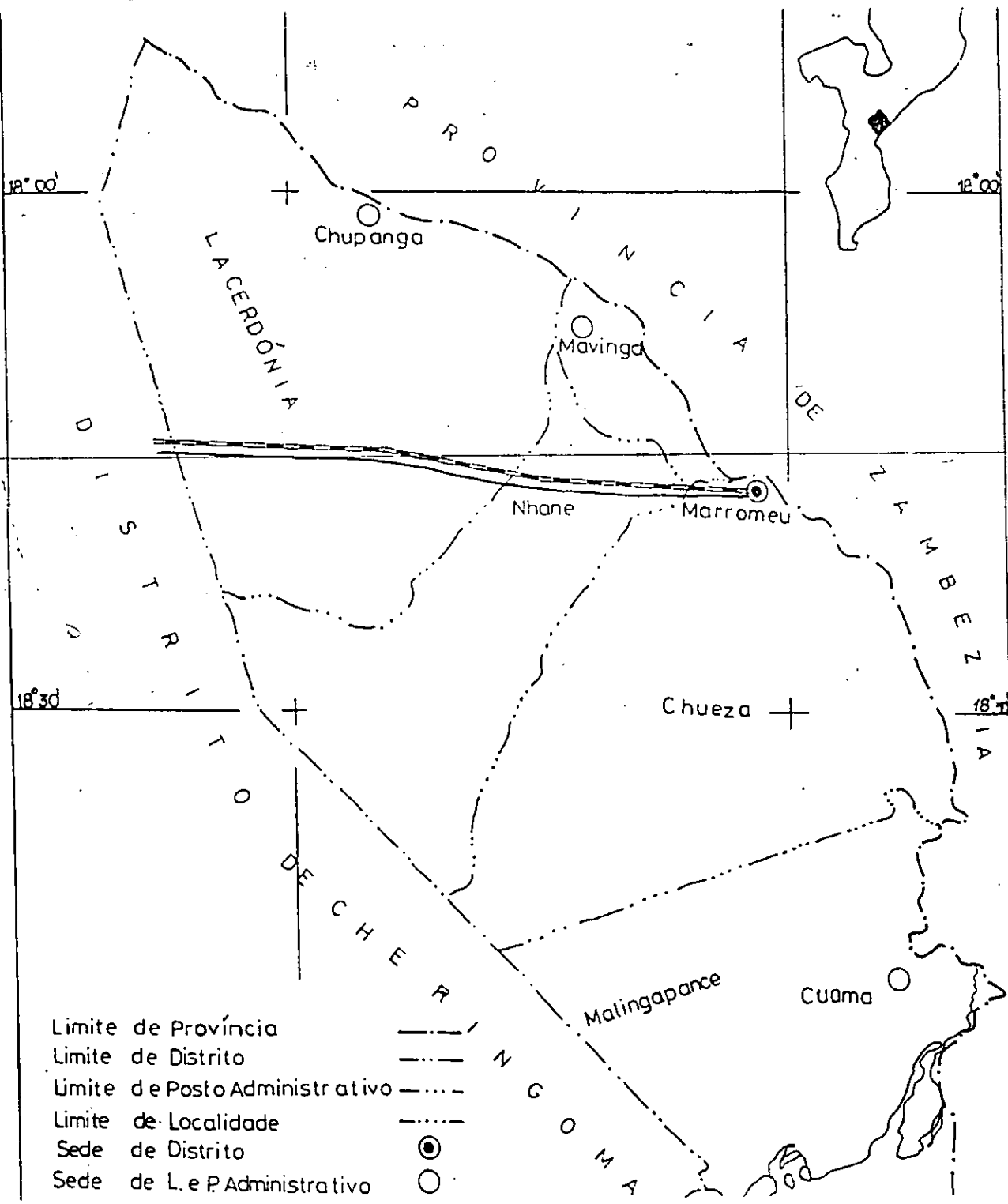
PRE- Programa de Reabilitação Económica

PRES- Programa de Reabilitação Económica e Social

SINTIA - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Açucareira

SSE – Sena Sugar Estates

USD- United States Dolar



Capítulo 1: Introdução

A Açucareira de Marromeu funcionou desde os primórdios do século XX. A sua actividade principal foi sempre o cultivo da cana sacarina e produção de açúcar. Estas actividades são complexas. A sua complexidade compreende dois momentos complementares e distintos. A produção agrícola da cana sacarina e a transformação industrial em açúcar. O primeiro momento por sua vez divide-se em duas fases i) a sem-colheita ou intercampanha e ii) a de campanha ou de colheita. Embora a fase de intercampanha envolva mais actividades, é a de campanha que exige muitos trabalhadores. Com efeito, a empresa, para satisfazer as suas necessidades produtivas no período de campanha, tinha que recrutar mais trabalhadores, para além dos efectivos já existentes.

De 1973 a 1984, o quadro geral da produção mostrou-se decrescente (embora com algumas recuperações), culminando com a paralisação em 1984. A paralisação, implicou a dispensa imediata dos trabalhadores sazonais e eventuais. Dos que ficaram, enfrentaram problemas salariais, problemas de indemnização e de outros direitos a que gozavam.

O objectivo deste trabalho é discutir as causas da paralisação e o seu impacto para os trabalhadores até então na empresa.

O trabalho é composto por 5 capítulos. O primeiro, composto pela introdução, aspectos geográficos, conceptualização, balizas cronológicas, contextualização, revisão da literatura, objectivos e o plano de pesquisa. O segundo capítulo apresenta uma periodização da história da empresa desde o início até ao fim da paralisação. O capítulo que segue discute as causas da paralisação. O 4º capítulo fala da importância da empresa para os trabalhadores. O último capítulo analisa o impacto que a paralisação teve para os trabalhadores.

Não foi fácil a prossecução do trabalho. Contudo, as dificuldades não constituíram se não um impulso para a continuidade e aqui apresenta-se este humilde trabalho que pretende ser científico e passível de questionamentos.

1.1. Aspectos geográficos do distrito e da empresa

O distrito de Marromeu está a nordeste da província de Sofala, na margem direita e a sul do rio Zambeze, com uma superfície de 5.810Km². Faz fronteira a noroeste com o distrito de Caia, a Oeste com o distrito de Cheringoma, a nordeste e leste com o rio Zambeze (que separa o distrito da província da Zambézia) e a sul pelo Oceano Índico.¹

O clima do distrito é tropical húmido em todos os locais, com duas estações por ano. A do inverno, de Abril a Agosto e a do verão, de Setembro a Março. A temperatura média anual varia de 25-30°C, com uma humidade relativa de 70-90% e a precipitação atmosférica anual oscila dos 800 a 1200mm.²

O distrito dista cerca de 360 Km da capital provincial (Beira) via Inhavitanga e aproximadamente 600 Km via Gorongosa e está a 100 km do porto de Chinde.³

A SSE - Marromeu está a menos de 1 Km da administração do distrito e as suas plantações (cerca de 13.000 hectares) estão num raio inferior a 1Km da empresa. Concentram-se nas localidades de Nhane, Chueza, Salone, etc.⁴

De acordo com Vita⁵ foi o factor climático do distrito que contribuiu grandemente para a fixação da empresa no distrito. O facto de no local existir uma saída para o rio Zambeze e a linha férrea de Sena também contribuíram para a fixação e expansão da empresa. Tanto o rio como a linha de férrea eram importantes para o transporte e distribuição do açúcar e ainda para a chegada de *inputs*.

1.2. Conceptualização : que paralisação

O presente trabalho refere-se a paralisação da SSE. Portanto, torna-se fundamental explicar de que paralisação se trata, para facilitar o entendimento. Isto porque a paralisação pode significar o encerramento total da empresa, paralisação de todas as actividades que a empresa desenvolvia (produção agrícola da cana sacarina, a pecuária e a reparação de peças de tractores, automóveis e embarcações).⁶

¹ Pereira,1996:10; Administração do distrito de Marromeu, 2003.

² Administração do Distrito de Marromeu,2003

³ INA,2000:1; INA,1989:10; Pereira,1996:10

⁴ Pereira,1996:14; INA,2000:20

⁵ Entrevistado em Marromeu,2004

⁶ Matecateca, entrevistado em Marromeu, 2004; INA,1989:12-14

O trabalho se refere à paralisação da produção de açúcar: a paralisação da componente fabril e industrial. Isto significa que as outras actividades continuaram, embora com deficiência.

O facto de a paralisação da produção de açúcar dar ideia da paralisação total da empresa, e não simplesmente da componente fabril e industrial, vem do facto de esta actividade ser a principal e a dinamizadora de todas as outras na empresa.⁷

1.3. Balizas cronológicas

O estudo vai de 1984 a 2000. O critério usado para a definição das balizas cronológicas prende-se ao objecto e objectivo do estudo. De acordo com INA⁸ a fábrica teve a sua última produção em 1984 e reiniciou em 2001, depois da privatização. E foi também em 1984 que a fábrica deixou de funcionar, como corolário da redução gradual da produção desde 1973, embora com temporárias e isoladas recuperações. O facto de 1984 ser o ano da última produção e da paralisação, pode tomar a priori ambígua a definição das balizas. Portanto, deve-se ter em conta que i) a produção de açúcar ocorre somente durante a campanha (de Maio a Novembro - Dezembro para o caso da SSE-Marromeu) e um pouco depois e que ii) a fábrica, com uma capacidade para a produção de 90.000 toneladas ano, em 1984 produziu somente 678 toneladas. Isto porque neste ano, a campanha foi interrompida e a produção de açúcar também. Ao considerar estes aspectos, a definição das balizas cronológicas deixa de ser aparentemente ambígua. E torna-se menos ambígua ainda quando se tem em conta os dados do INA⁹ referentes ao quadro evolutivo da produção. Estes dados mostram claramente a evolução da produção e percebe-se daí que 1984 foi o último ano de produção de açúcar na empresa. Daí a empresa só voltou a produzir em 2001, depois da privatização.

As balizas cronológicas em causa não inibem de se considerar aspectos que não se enquadram nela e que sejam pertinentes para o estudo. Este exercício visa delimitar o tamanho temporal de análise e facilitar e disciplinar a própria análise.

⁷ INA,2000:2

⁸ INA,2000:2-3

⁹ 1989:13

No capítulo 2 desenvolve-se uma periodização que mostra a estrutura da produção desde o seu início.

1.4. Contextualização

O ano da paralisação (1984) enquadra-se num contexto de instabilidade político-económica e social no país. Anos não muito distantes da independência do país (1975) eclodiu um conflito civil opondo forças da Renamo e do governo. Para o caso do distrito de Marromeu, segundo Pereira¹⁰ o conflito começa a se fazer sentir por volta de 1978. A mesma fonte refere ainda que em 1982 houve o primeiro ataque na localidade de Malingapanse (nos arredores da empresa) e em Julho de 1985 forças da Renamo intensificaram a sua presença no distrito. Portanto, apesar de Pereira referir que a guerra se faz sentir no distrito por volta de 1978, só no início de oitenta é que o conflito começa a afectar a produção de açúcar e a sua comercialização, quando conduziu a paralisação da linha de Sena em 1982¹¹

Para além da instabilidade político-económica e social que o país vivia nos finais dos anos 70 até início de 90, os anos de 1983 - 84 foram de seca e cheias. O ambiente político turbulento resultante do conflito, a alta dívida externa do país, a seca, as cheias e a saída em massa de técnicos estrangeiros após a independência e agravada com a intervenção, conjugados, minavam o ambiente produtivo da empresa.

Uma outra dificuldade era a gestão económica dos escassos recursos de que o país dispunha ainda no recuperar da guerra colonial. Nos anos 80 o consumo aumentara fruto do crescimento demográfico, enquanto que a produção baixara com encerramento de muitas empresas, fruto da guerra. Assim, em resposta, o país vê na aproximação às instituições da Breton Woods (Banco Mundial e o FMI) uma alternativa.¹²

A aproximação às instituições da Breton Woods suscitaram a adopção de um modelo de desenvolvimento baseado na liberalização do mercado, desvalorização da

¹⁰ 1996:32,35

¹¹ Nhabinde, 1997:17

¹² Adam, 1996:83

moeda e privatização das empresas e a ii) reestruturação da força de trabalho nas fábricas de modo a diminuir os custos de produção e maximizar o lucro.¹³

Em 1987 foi adoptado o PRE. Na sequência disto, houve liberalização do preço, o estado isola-se do mercado e o processo de privatização das empresas ganha celeridade. Em 1990 foi adoptado o PRES que visava essencialmente a promoção social: luta contra pobreza e o desenvolvimento da estrutura física e social das zonas rurais. Visava ainda parar a diminuição da produção, assegurar a população rural uma receita e um consumo local mínimo e finalmente formar uma economia mais liberal.¹⁴

Na altura da introdução do PRE (1987) a SSE Marromeu já parara e enfrentava o problema de fraca capacidade tecnológica, falta de matéria - prima e de sobressalentes para a produção, aumento dos custos de produção devido a instabilidade política, cortes no fornecimento de energia e água e obstrução das vias de acesso, resultantes do conflito. Não obstante o Ministério da Agricultura e Pescas ter definido o açúcar como cultura de rendimento prioritária, a sua promoção estava longe de ser devido aos constrangimentos de ordem política, económica e natural que o país enfrentava. Foi este cenário de crise que levou o estado a considerar a fábrica sem condições para ser uma unidade autónoma da economia e extinguir a SSE em 1992 de acordo com o artigo 2 da lei n.º 13 91 de 3 de Agosto.¹⁵

Em 1992 assinou-se o AGP e dois anos depois, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias no país. A partir desta data, a palavra de avanço era atingir o desenvolvimento sócio - económico, consolidar a estabilidade política e alterar o cenário de crise que se vivia. Começou-se a pensar na reactivação das empresas paralisadas até a data. Foi neste contexto que o INA em parceria com o CPI começaram à partir de 1996 a criar condições para privatização da empresa, tendo ocorrido em Agosto de 1998.¹⁶

Da privatização à reactivação da produção (2001), as condições políticas eram favoráveis à aplicação de investimentos e condicionamento da produção rentável de açúcar. No entanto este clima favorável ao desenvolvimento económico não iria de se considerar o período da paralisação, de crise generalizada. A situação político - militar,

¹³ Adam, 1996:84,85

¹⁴ Abrahamsson & Nilsson, 1994:49,50

¹⁵ INA, 1993; INA, 2000:4; Ministério da Agricultura e Pescas, 1992; Abrahamsson & Nilsson, 1994:53,54

¹⁶ INA, 2000:9,10

económica e meteorológica de Moçambique nos meados dos anos 80, expôs a empresa a falta de aprovisionamento técnico - material, falta de meios de transporte, insegurança nas vias de comunicação, instabilidade nas condições de trabalho e dos trabalhadores, condicionando em fim a sua paralisação de 1984 a 2000.¹⁷

1.5. Revisão da literatura e problematização

O início da produção da SSE-Marromeu datam de 1902, sob a tutela da Sociedade Açucareira da África Oriental Portuguesa. Desde então até 1972 (ano que atingiu a maior produção até à data- 77.834 toneladas), a sua produção foi numa forma geral crescente, com excepção do período de 1929 a 1934 (no qual a produção diminuiu de 15.067,5 para 8.684,5 toneladas) devido à crise económica mundial que afectou a produção da açucareira.¹⁸

De 1973 a 1984, numa forma geral, a produção começou a decrescer devido i) à falta de matéria-prima agrícola e de sobressalentes para os equipamentos agrícolas e para transporte, ii) à falta de produtos químicos importados e nacionais para a produção de açúcar, iii) à falta de combustíveis líquidos, lenhosos e minerais, principalmente a partir de 1983, iv) às cheias, seguidas da seca ocorridas no início dos anos 80, v) à falta de materiais de rega e problemas de fornecimento de energia eléctrica, vi) às doenças da cana sacarina, vii) à falta de mão-de-obra qualificada para agricultura, para a fábrica e gestão dos recursos da empresa, viii) a guerra, principalmente em 1984, que destruiu as vias de acesso e infra-estruturas, dificultando assim o processo de escoamento distribuição e comercialização do açúcar já produzido até 1984.¹⁹

Outros factores que conduziram a paralisação da produção foram o facto de a empresa não beneficiar dos fundos por ela gerados, a política do preço do açúcar adoptada pelo governo. O governo fixou o preço ao consumidor e não aos custos de produção. Esta política era desvantajosa para o produtor, porque o preço da venda era inferior aos custos de produção. Até 1980 os custos de produção de açúcar amarelo e branco rondavam os 9.40Mt/Kg e 10.80Mt/Kg respectivamente e o preço de venda em

¹⁷ Cardoso, 1993: 230; INA, 2000

¹⁸ INA, 2000:2; Governo da Companhia de Mocambique, 1934:51; Vail & White, 1980:117,151

¹⁹ INA, 1993; INA, 2001:15; Pereira, 1996:31

média 10.60MT/Kg. Até 1984 o custo de produção de açúcar amarelo passou para 24.20MT·Kg e o de venda manteve-se.²⁰

Segundo INA²¹, INA²², INA²³ e Pereira²⁴ a SSE-Marroncu contribuía significativamente para o rendimento e sustentabilidade sócio-económica dos seus trabalhadores. Era também uma importante e principal fonte de emprego no distrito. Desta feita, a sua paralisação teve impactos significativos sobre os trabalhadores. Os sazonais e eventuais (que constituíam a maioria) foram maioritariamente e imediatamente despedidos e dos efectivos que ficaram a empresa passou a ter dificuldades de pagar os salários e outros direitos aqui gozavam. Houve também dificuldades de pagamento de indemnizações e pensões.

O impacto sócio-económico da paralisação torna-se ainda mais complexo quando se considera as posições de Head²⁵ e Vail & White²⁶ segundo as quais a produção da cana sacarina e de açúcar são actividades que exigem muitos trabalhadores, principalmente na fase de corte e colheita e que a fábrica de Marroncu já em 1920 tornara-se numa empresa dominante na região, respectivamente. Ainda após a intervenção, citando Cardoso,²⁷ o estado aboliu a categoria de trabalhador sazonal e eventual²⁸ e emitiu um documento que obrigava as empresas a pagarem pensões de velhice aos trabalhadores com mais de 10 anos de serviço permanente, completados 60 anos para homens e 55 para mulheres, respectivamente. As obras de Head, Vail & White e Cardoso mostram i) a quantidade de trabalhadores que a fábrica tinha que empregar (ainda que parte destes fosse sazonal ou eventual) para garantir a sua produção; esta necessidade era acrescida ainda pelo facto de o corte e colheita da cana serem actividades manuais; ii) a importância sócio-económica que a empresa assumia na região e iii) o grau de integração e dependência que o trabalhador tinha com a empresa.

²¹ INA, 1993; INA, 1989:33,36

²² 2000

²³ 2001:4,13

²⁴ 2002

²⁵ 1996:12,31

²⁶ 1980:154,155

²⁷ 1980:153

²⁸ 1993:317,320

²⁹ Segundo INA 1989:191 de 1977 a 1982 o estado introduziu a mão de obra sazonal e em 1982, eliminou. Ainda sobre a abolição, Mandlate (2004:30) refere que foi legalmente em 1975.

A eliminação da categoria de trabalhadores sazonais referida por Cardoso e INA significou por um lado que a empresa se propunha a resolver o problema de escassez de trabalhadores, na medida em que todos os trabalhadores passariam a estar subordinados a empresa e daí, resultavam obrigações a cumprir já como trabalhador integrado - efectivo. Mas também significou que a empresa passaria a ter encargos adicionais com a parte de trabalhadores a prior dispensáveis nas fases em que não houvesse corte e colheita de cana (para as quais os trabalhadores sazonais e eventuais eram especificamente alocados). Isto significaria um aumento de custos para a empresa, numa altura em que a empresa estava a enfrentar crises financeiras, resultantes da guerra. Com efeito, a eliminação da categoria de trabalhadores sazonais, foi um agravante para a paralisação da produção. Pois, a empresa transformando todos os trabalhadores antes sazonais ou eventuais em efectivos, tinha obrigatoriamente que assegurar todos os encargos com aqueles trabalhadores.

1.6. Objectivos do trabalho

Este trabalho tem como objectivo discutir as causas da paralisação e o impacto para os trabalhadores. Para se chegar ao objectivo, serão estudados outros aspectos correlacionados. O trabalho procurará compreender a história da empresa desde a sua origem até ao fim da paralisação, as causas da paralisação, avaliar a importância sócio - económica da empresa para os trabalhadores e explorará as medidas tomadas em relação aos trabalhadores depois da paralisação.

1.8. Hipóteses de trabalho

A Açucareira de Marroméu contribuía significativamente para a estabilidade sócio - económica dos seus trabalhadores antes da paralisação da produção.

A paralisação da empresa teve impacto negativo, mais acentuado nos trabalhadores classificados como efectivos até então.

Uma parte da força de trabalho excedentária foi aproveitada em diversas actividades, particularmente como milícia.

1.9. Metodologia e o plano de pesquisa

Para se chegar a uma análise, interpretação e síntese das informações recolhidas sob diversas e possíveis formas, foram conjugadas várias metodologias.

O trabalho começou com a recolha de informação bibliográfica. Nesta fase, tentou-se atingir maior quantidade possível de informação disponível e acessível, directa e indirectamente ligada ao objecto de estudo.

Depois da recolha bibliográfica, seguiu-se a pré análise da informação. A análise prévia ajudou a elaboração do guião de entrevista, que conduziu o trabalho de campo e serviu também para seleccionar as questões precisas e específicas e os potenciais e possíveis informantes.

Feita a pré análise, seguiu-se o trabalho de campo. Esta fase serviu i) para complementar a informação bibliográfica consultada, ii) confrontar o material bibliográfico consultado com informações recolhidas no campo e iii) explorar as fontes orais e iv) conduziu também a uma segunda revisão bibliográfica. A última fase do trabalho foi extremamente delicado e teve-se maior cuidado para que a análise, interpretação e a síntese do trabalho fosse menos subjectivo e reduzisse-se o máximo possível a parcialidade. Para as entrevistas foi elaborado um guião (Anexo I).

Na selecção dos informantes, foram privilegiados trabalhadores afectos antes da paralisação (1984), sem menosprezar outras categorias de informantes. Terminado o trabalho de campo, fez-se i) uma segunda revisão da literatura e ii) finalmente análise, interpretação e síntese dos dados de acordo com o objecto e os objectivos pretendidos.

Capítulo 2: Periodização da fábrica de Marromeu

Este capítulo visa apresentar o quadro histórico da fábrica desde o início ao fim da paralisação. Destacam-se aqui três grandes períodos. O 1º do início à intervenção, o 2º da intervenção à privatização e 3º da privatização ao fim da paralisação. As variáveis consideradas para a periodização são os proprietários, a estrutura da produção, as formas de recrutamento dos trabalhadores e as condições de trabalho.

2.1. Primeiro período: do início à intervenção

A SSE-Marrromeu surge no início do século XX. Foi neste período que o cenário de instalação das fábricas açucareiras começou a desenhar-se, com destaque para Peter Hornung. Neste período, Hornung obteve concessões de terras na região do Vale do Zambeze, incluindo duas plantações em Mopeia e Caia.²⁹

Em 1900 A Sociedade Açucareira da África Oriental Portuguesa fundou a fábrica de Marrromeu, sub-arrendatária da Companhia de Luabo, na margem superior do Zambeze. Em 1902 iniciou-se a produção de açúcar, atingindo-se 2950 toneladas.³⁰

Consciente das vantagens do investimento no sector açucareiro, devido ao aumento da produção e demanda de derivados do açúcar na África do Sul, Hornung adquiriu a Companhia de Luabo, incluindo as suas terras e a fábrica de Marrromeu em 1909 e incorporou na Hornung & Co. Em 1910 a fábrica de Marrromeu foi integrada na Sena Sugar Factory (fundada por John Hornung em 1905³¹). Em 1914 Hornung fundiu as terras da Companhia de Luabo, da Sena Sugar Factory, da Companhia de Açúcar de Moçambique e da fábrica de Marrromeu e mais tarde (1920) criou a Sena Sugar Estates, onde incorporou todas as fábricas. Com este empreendimento, o delta do Zambeze tornou-se uma das principais zonas de produção de açúcar em Moçambique.³²

Segundo um relatório do INA³³ a açucareira de Marrromeu depois de integrada na SSE, reiniciou a sua produção nos meados dos anos 20. A este respeito Vail & White³⁴ apresenta uma visão diferente. Segundo a sua obra nessa plantação a produção de açúcar aumentou de 2000 toneladas em 1908 para 10475 toneladas em 1914. Nos dez anos seguintes, isto é, até 1924, ela tomou-se a mais produtiva de todas as que compunham a SSE. Estes dados mostram que a fábrica de Marrromeu continuou a produzir e não teve interrupção como faz parecer o relatório do INA.³⁵

²⁹ Pereira,1996: 10; INA,1989:2

³⁰ Pereira,1996:10; INA,1989:2; Vail & White, 1980:151

³¹ Segundo Vail & White (1980: 150,152) a Sena Sugar Estates foi fundada em 1906 com um capital inicial de 120 000 libras.

³² Governo do território da Companhia de Moçambique,1926:51,59;

Pereira,1996:10; INA,1989:2;Vail&White,1980:150-53.

³³ 2000:1-2

³⁴ 1980:153

³⁵ INA,2000:1-2

Nos finais dos anos vinte e início dos anos trinta a SSE- Marrômeu atravessou uma crise. A crise resultou da grande depressão económica mundial (1929-34). Para agudizar a crise, em Dezembro de 1930 com o fim do sistema de prazos, a Companhia de Moçambique emitiu uma circular proibindo o uso de trabalhadores voluntários fora da sua jurisdição e ordenou que os trabalhadores nessas condições nas suas terras, fossem repatriados. A contratação de trabalhadores das regiões não pertencentes a Companhia de Moçambique constituía uma política económica da administração da SSE-Marrômeu. Esta política era vantajosa na medida em que reduzia bastante os custos de produção. Isto porque o custo da mão de obra não local era reduzido. Com a proibição, os custos de produção aumentavam, usando-se a mão-de-obra local. A resposta de Homing foi o encerramento da fábrica em 1930.³⁶

Um ano depois (1931), reabriu a fábrica. Depois da reabertura e atravessado o período da grande depressão económica mundial, a empresa retomou os seus índices normais de produção. Daí em diante a produção foi crescente, com especial destaque para o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a procura no mercado externo aumentou e a fábrica teve que se moldar a essa demanda generalizada.³⁷

Nos anos 60 assiste-se a uma tendência para a mecanização da produção e melhoramento das condições dos trabalhadores. Começam a surgir os primeiros bairros de alvenaria (ver anexo3) e acesso a alguns cuidados de saúde. Esta tendência foi em parte resultado da abolição do trabalho forçado e à conjuntura político-económica mundial, continental e regional que obrigava Portugal a introduzir algumas reformas nas suas colónias.³⁸ Com efeito, nos anos 60 até o início da década de 70 a produção subiu e em 1972 atingiu o apogeu (desde o seu início até a paralisação) com cerca de 77.834 toneladas de açúcar.³⁹ De 1973 até à intervenção (1978) a produção baixou passando de 61.527 toneladas de açúcar para 26.209. A redução pode ser explicada baseando-se no artigo de Gomes.⁴⁰ segundo o qual a empresa vinha sendo alvo de sabotagem dos seus gerentes a longa data. Foi esta sabotagem que mais tarde conduziu a intervenção (1978).

³⁶ Vail & White, 1980:263; Hedges (coord.), 1999:36

³⁷ Pereira, 1996:30; INA, 1989:10; Vail & White, 1980:264; Hedges & Rocha, 1999:102,154

³⁸ Hedges, Rocha, 1999:188; Head, 1980

³⁹ INA, 1989:13

⁴⁰ *Tempo*, 13 de Agosto de 1978:22

É a euforia dos trabalhadores nacionais a quando da intervenção foi reflexo desta sabotagem. O abandono de técnicos depois do golpe de Abril de 1974, também pode explicar a redução da produção. Como refere Hanlon⁴¹ no ano da independência, dum total de 200.000 portugueses existentes no país, 185.000 abandonaram. Esta estatística não se refere ao caso específico de Marromeu. Apesar dos esforços e vontade, a intervenção não alterou o cenário de crise. O estado nesta altura era de certa forma débil financeiramente, para além de ter um défice nos recursos humanos para a gestão da fábrica e as ameaças de desestabilização de que era alvo nas vésperas da guerra civil.⁴²

Durante este período a quando da campanha agrícola (de Maio a Novembro - Dezembro), a empresa recrutava trabalhadores sazonais e eventuais da Zambézia e Tete (aqui destacavam-se os anguni).⁴³ A empresa tinha cerca de 11 acampamentos nos campos para alojar os trabalhadores sazonais (veja anexo 5). Durante o período de trabalho que ia até seis meses, tinham direito à alimentação e os seus salários recebiam nas zonas de origem findo o período de trabalho.⁴⁴

2.2. Segundo período: da intervenção até a privatização, 1978 - 1998

O 2º período foi de crise generalizada, que se arrastava desde 1973. A quando da intervenção (1978) a fábrica já apresentava falência técnica, isto é, já não produzia lucros.⁴⁵ Os rendimentos industriais (a quantidade de cana necessária para produção de 1Kg de açúcar) continuaram a decrescer passando de 8,58% em 1979 para 6,54% em 1984 (ver tabela 1).⁴⁶

A intervenção do estado foi na prossecução dos objectivos do 3º Congresso (1977). Foi aqui que o estado visando liquidar a dependência colonial e neo-colonial, aumentar a produção e a produtividade do sector agro-industrial, proteger, alargar e desenvolver a economia centralizada, substituir gradualmente a estrutura colonial pela

⁴¹ 1994:34,36

⁴² INA,1993; INA, 2002; INA,1989:10; Pereira,1996:30;Vail & White,1980:401.

⁴³ Anguni, é um grupo étnico proveniente da região de Tete. Estes eram tidos como os trabalhadores mais activos. No caso da SSE-Marromeu, os trabalhadores eram considerados de acordo com a sua origem étnica. Portanto nesta hierarquia, os anguni afiguravam-se a cima por serem considerados os mais activos.

⁴⁴ Cocorico, entrevistado em Marromeu,2004

⁴⁵ SSE,1989

⁴⁶ INA,1989:17. Estes dados foram extraídos duma tabela do documento citado. O mesmo documento não apresenta dados para os anos de 1977 e 1978.

estatal e assegurar a não degradação das infra-estruturas (sujeitas ao abandono e sabotagem), interveio em 10 de Agosto de 1978 por meio do despacho do Ministério da Indústria e Energia.⁴⁷

Após a intervenção o estado tomou medidas para minimizar a crise. Para o efeito criou Gabinetes de Apoio a Produção⁴⁸. Para o caso da SSE-Marromeu formou-se uma comissão administrativa chefiada por Pedro Gaivão Odalá, importaram-se técnicos cubanos e enviaram-se alguns moçambicanos para se formarem em Cuba, China, na Beira e no IAC. São alguns exemplos os casos de Matecateca e Cabral, que em 1981 foram enviados à Cuba para formação.⁴⁹ Em 1982⁵⁰ foi abolida a categoria de trabalhador sazonal ou eventual. O estado definiu que todos os trabalhadores com mais de um ano naquela condição, deviam passar a efectivo, de acordo com a lei de trabalho vigente. Para Cardoso⁵¹ a eliminação da categoria de trabalhadores sazonais visava colmatar a escassez de mão-de-obra para a empresa. Na sequência da crise generalizada de que a empresa estava passando, os trabalhadores sazonais e eventuais iam abandonando a empresa, resultando assim na diminuição excessiva de mão de obra. Munguambe⁵² tem uma posição contrária a Cardoso. Sustenta que a abolição foi resultado do esforço do Sindicato na defesa dos direitos dos trabalhadores. Segundo Munguambe a empresa estava interessada em manter a categoria de trabalhador sazonal ou eventual porque não tinha que pagar para além do dinheiro pelo trabalho feito. O sazonal ou eventual não tinha direito a férias, reforma ou pensão e findo o seu contracto, cortava-se toda a ligação com a empresa. No entanto, esses trabalhadores permaneciam na empresa, mudando de actividades de acordo com as exigências e necessidades da empresa durante 1 ou mais anos, como sazonais ou eventuais. Assim, era vantajoso para a empresa. António⁵³ refere que o estado eliminou a categoria de sazonal para formar uma categoria de operariados moçambicanos e alterar o quadro dos recursos humano:

⁴⁷ Ministério de Agricultura e Pescas, 1992, Frelimo, [s.d.]:14,15; Frelimo, 1977:32

⁴⁸ *Notícias*, 11 de Janeiro de 1978:2

⁴⁹ INA, 1989:32; SSE, 1989:4; Cabral, entrevistado em Marromeu, 2004; Matecateca, entrevistado em Marromeu, 2004

⁵⁰ Cardoso, 1980:316-320.

⁵¹ 1993:316,317,320

⁵² Munguambe, entrevistado em Maputo, 2003.

⁵³ 2000

deficientes, resultantes do abandono em massa dos estrangeiros no pós - independência. Ainda sobre a eliminação da categoria de trabalhador sazonal ou eventual Mandlate⁵⁴ apresenta uma apreciação contrária. Primeiro refere que a abolição ocorreu em 1975 e segundo refere que as razões da abolição prendem-se ao objectivo do governo de garantir emprego permanente aos trabalhadores, melhorar os salários e as condições de trabalho. O mesmo autor reconhece ainda que estas medidas tomaram-se letra morta.

Em 1980 a comissão administrativa foi substituída por uma direcção da unidade de produção, chefiada por José Nchumale (Director Geral). Depois por Ermínio Miranda e por fim Francisco Jó Zeca, que conduziu o processo de privatização.⁵⁵

A crise que caracterizou este período foi causada principalmente pela guerra (entre a Renamo e o governo), reflectindo-se na diminuição progressiva da produção de 27.878 toneladas de açúcar em 1982 para 678 toneladas na data da paralisação(1984). Ainda na sequência da guerra, a empresa foi ocupada a 09 de Janeiro de 1986. Quinze dias depois, as forças do governo auxiliadas pelas zimbabweanas, depois de um confronto, conseguiram expulsar as forças da Renamo e desocupar a fábrica aos 24 de Janeiro de 1986. Contudo, a empresa ficou destruída. Destruuiu-se um dos moinhos, a subestação eléctrica, a maioria de trabalhadores abandonou a empresa e o distrito, refugiando-se em Chinde, Beira, Quelimane e até em Maputo. Para além das infra-estruturas produtivas, a guerra destruiu as principais vias de transporte e comunicação, para escoamento de açúcar e recepção de *inputs* do estrangeiro.⁵⁶

Em 1992 foi extinta a SSE, nos termos n.º 3 do artigo 2 da lei n.º 13 91 de 3 de Agosto, segundo os quais, a empresa não reunia condições para ser uma unidade autónoma do sector estatal da economia. Com efeito, a propriedade da SSE passou para o estado.⁵⁷

Devido à prevalência da crise financeira do estado, a necessidade de dinamizar a produção e a produtividade da empresa, o estado esforçou-se no sentido de privatizar a empresa. Em Março de 1997 chegou uma delegação mauriciana para avaliar a viabilidade de privatização, tendo-se assinado um acordo de negociação directa entre o governo

⁵⁴ 2004:30

⁵⁵ Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004

⁵⁶ Pereira,1996; Cocorico, entrevistado em Marromeu,2004; INA,2000

⁵⁷ INA,1993; INA,2000; Ministério de Agricultura e Pescas, 1992

moçambicano e das Maurícias. As negociações iniciadas em 1997 culminaram com a privatização em 1998. A Sena Holdings (um consórcio açucareiro mauriciano) comprou 75% das acções e os restantes 25% mantiveram-se com o estado.

2.3. Terceiro período: da privatização ate a reactivação, 1998-2001

O grande marco deste período foi a privatização da empresa. O estado começou a pensar em privatizar a empresa devido a crise financeira pela qual estava atravessando. Numa carta da SSE⁵⁸ referia que só a reabilitação da fábrica estava orçada em 90 milhões de USD. A reabilitação de todas as fabricas açucareiras (Búzi, Marroneu, Luabo, Mafambisse, Maragra e Xinavane) custaria 400 milhões de USD. O orçamento geral do estado em 1996 estava nos 183 milhões de USD a ser aplicado também noutras áreas consideradas prioritárias (estradas, portos, caminhos de ferro, para além da administração). O estado não podia de forma alguma custear sozinho as despesas da reabilitação, sem prejudicar os outros sectores. Mas também não podia deixar paradas, uma vez consciente do papel do sector açucareiro para o desenvolvimento sócio económico do país em geral e em particular do distrito. Foi assim que o INA elaborou um plano de privatização da empresa.⁵⁹ A privatização da empresa foi um dos reflexos da politica económica do país na altura, nos termos referidos por Pitcher⁶⁰

Assim e no cumprimento do programa de reestruturação do sector empresarial, prevendo o desenvolvimento da economia nacional, o estado privatizou 75% das acções da empresa para a Sena Holdings. Os restantes 25% mantiveram-se nas mãos do estado sob forma de bens móveis e imóveis, activos corpóreos produtivos da SSE. Já privatizada a empresa passou a designar-se Companhia de Sena, SARL com um capital inicial equivalente a 2.8 milhões de dólares dos EUA a ser aumentado para 27 milhões de USD ate 31 de Dezembro de 2000. Com a aquisição dos 75% a nova sociedade adquiriu o direito de produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas, bem como de exploração de outros ramos da industria, comércio e turismo.⁶¹

⁵⁸ Esta carta foi escrita em 1996 por um trabalhador. A data da carta é usada como referência para a produção do documento.

⁵⁹ Joaquim, 1997: Companhia de Sena, [s.d.]: INA.2000:10
⁶⁰ 2002: 106-107.

⁶¹ Ministério do Plano e Finanças, 1998:2.3

Após a privatização, no mesmo ano iniciou-se a implantação de um viveiro de cana com uma extensão de 230 hectares e projectou-se o início da reabilitação da parte fabril. A reabilitação da fábrica iniciou em Maio de 1999 e três anos depois é que realizou os primeiros ensaios de produção de açúcar, tendo-se atingido cerca de 40.000 toneladas numa área de 11.500 hectares.⁶²

Para além da reabilitação da fábrica, a nova sociedade começou a reabilitar as habitações para trabalhadores e as respectivas redes para distribuição de água e electricidade. Reabilitou também cerca de 20Km da estrada Marromeu-Inhamitanga⁶³

Capítulo 3: Causas da paralisação

Este capítulo visa discutir as diferentes causas que conduziram a paralisação. Começa por apresentar um quadro evolutivo da produção e os seus constrangimentos até a paralisação. Pretende-se mostrar aqui que i) a paralisação não foi imediata. Ela resultou dum processo longo e de uma conjugação de causas que juntas, vão conduzir a paralisação em 1984 e que ii) a guerra do pós - independência foi o principal agravante.

3.1. Constrangimentos da produção de açúcar até a paralisação, 1973 - 1984

Segundo INA⁶⁴ a SSE -Marromeu até 1989 possuía uma capacidade produtiva de 6.000 toneladas de açúcar/dia e 90.000 toneladas de açúcar/ano.⁶⁵

Os sinais de crise começam a partir dos anos 70. A partir de 1973 o quadro geral da produção mostrou-se decrescente. Houve alguns aumentos de 1974 a 1975 de 44.146 toneladas para 48.012 toneladas e de 1980 a 1981 de 11629 para 39293 toneladas de açúcar. Contudo, estes aumentos estavam além da capacidade instalada.⁶⁶

A redução da produção que culminou com a paralisação definitiva foi multicausal. Como refere António⁶⁷ para o caso da Acucareira de Xinavane e consubstanciado nas entrevistas com Matecateca e Cabral,⁶⁸ a empresa ficou sem a maior parte dos seus

⁶² Companhia de Sena, [s.d.]; Ministério do Plano e Finanças, 1998:5,6

⁶³ INA, 1999:5

⁶⁴ 1989:11

⁶⁵ INA, 1989:3; INA, 2000:1,20

⁶⁶ INA, 1989:13

⁶⁷ 2000:48

⁶⁸ Estes são trabalhadores da ex-SSE-Marromeu. Os dois foram entrevistados em Marromeu, 2000

quadros qualificados especializados depois do golpe de Abril de 1974, que da forma quase que exclusiva, garantiam o processo de produção, possuíam o conhecimento técnico e constituíam a super-estrutura da empresa. Estes técnicos dificilmente transmitiam o seu conhecimento aos trabalhadores nacionais, cabendo aos últimos tarefas mais rudimentares e menos especializadas. Algumas técnicas como a regulação da temperatura do xarope⁶⁹ e a sua classificação eram exclusivamente desempenhadas pelos estrangeiros. Quando existisse um trabalhador africano nacional que estivesse ligado a estas actividades, era mais ajudante e o conhecimento que possuía sobre a actividade era extremamente limitado, o que não lhe permitia em momento algum trabalhar sem a presença do técnico estrangeiro⁷⁰. Foi por isso que a saída em massa e apressada dos estrangeiros, deixou a empresa numa situação de crise de técnicos que assegurassem a continuidade da produção. Para Vail & White⁷¹ A incapacidade de reposição de quadros nacionais para substituir os estrangeiros, que abandonaram, pode ser vista a médio prazo, como causa da crise de produção e que mais tarde conduziu à paralisação.

Em 1978 a empresa foi intervencionada. Isto em consequência das orientações macro - económicas do 3º Congresso e para tentar salvar a empresa da crise resultante da incapacidade de absorver o aumento salarial de 1974, manter as máquinas a produzir a tempo inteiro, a fraca produtividade, perda de quadros estrangeiros e a não reposição pelos nacionais, falta de reposição das máquinas e incapacidade de manter parcerias para alcançar os planos de extensão da empresa e baixo preço mundial de açúcar⁷².

O objectivo era garantir a continuidade do funcionamento da produção, sob pena em risco de as infra - estruturas ficarem obsoletas e a empresa falir totalmente. Contudo mesmo após a intervenção estatal, a produção continuou baixa. De 26.209 toneladas de açúcar em 1978 passou para 18. 619 toneladas em 1983. A continuidade da redução da produção justifica-se pelo facto de o governo não possuir recursos suficientes para garantir a manutenção das infra-estruturas produtivas outrora existentes, não poder substituir as máquinas de produção obsoletas. A nível do factor de produção homem, o governo não dispunha de quadros capacitados para garantir o funcionamento da empresa nas condições em que se encontrava. A política do preço de açúcar adoptado pelo

⁶⁹ Termo usado pelos trabalhadores para designar o sumo que sai da cana moída, antes de se tornar açúcar.

⁷⁰ Vita, entrevistado em Marromeu, 2004

⁷¹ 1980:401

⁷² Vail&White,1980:401

governo não permitia a rentabilidade da produção e o estado não subsidiava a produção da empresa. O objectivo de estado em acabar com o desemprego e melhorar a condição sócio-económica da população, saída da colonização, obrigou-o a empregar muitos trabalhadores, numa altura em que a empresa estava em crise e necessitava de diminuir o número. O estado ainda eliminou a categoria de trabalhador sazonal e eventual, que só era útil no período de corte e colheita da cana, em mão de obra permanente, adicionando as despesas com os trabalhadores, no lugar de diminuir.⁷³

A situação da crise de produção da SSE-Marromeu tornou-se irreversível, culminado com a paralisação de 1984 a 2000.⁷⁴ A tabela 1 mostra genericamente a redução da produção de 1973 a 1980. Contudo, de 1980 a 1981 houve um aumento de 11.629 para 39.293 toneladas de açúcar. Este aumento justifica-se nos termos da observação de Cravinho,⁷⁵ consubstanciada no gráfico que apresenta, segundo o qual o imediato declínio da produção no pós independência foi revertida de 1977 a 1981. Para além da observação de Cravinho, podem ser considerados outros aspectos que terão contribuído para este aumento. A situação político-militar e económica melhorou com a independência do Zimbabwe (Abril de 1980), reactivou-se o comércio com o Zimbabwe e houve a reabertura da fronteira. Nestes anos a empresa recebeu alguns técnicos cubanos no âmbito da cooperação entre Moçambique e Cuba⁷⁶. Pode-se considerar o aumento do rendimento agrícola (a diferença entre a cana plantada e a cana cortada) que passou de 50,3% em 1980 para 68,9% em 1981, um resultado destes factores.⁷⁷

Paralelamente à redução geral da produção após 1973, está a redução do rendimento industrial. Passa de 10,7% em 1973 para 6,54% em 1984. Esta redução consubstancia a ideia de que a partir de 1973, a empresa começa a assistir uma crise generalizada. Mesmo a área cortada foi reduzindo de 6.364,4 hectares em 1973 para 231,3 hectares em 1984(ver tabela1).

⁷³ Abrahamsson & Nilsson, 1994:145; INA, 1989:53; Cardoso, 1993:317

⁷⁴ INA, 2002

⁷⁵ Cravinho, 1998:98

⁷⁶ Cocorico, entrevistado em Marromeu, 2004

⁷⁷ INA, 1989:16

Tabela 1: Evolução da produção e rendimentos na SSE-Marromeu, 1972-1984

Ano	Produção		Rendimento		Area cortada(ha)
	Cana	Açúcar	industrial(%)	Agrícola ⁷⁸	
1972	654.396	77.834	11.9		6.888.3
1973	573.433	61.527	10.7		6.364.4
1974	462.356	44.146	9.55		5.137.2
1975	518.495	48.012	9.26	92.0	5.635.8
1976	281.886	25.048	8.89	92.1	3.060.6
1977					3.427.1
1978					3.427.1
1979	319.048	27.370	8.58	84.1	3.793.6
1980	174.052	11.629	6.68	50.3	3.460.2
1981	416.034	39.293	9.44	68.9	6.038.2
1982	372.414	27.878	7.49	48.5	7.678.6
1983	217.670	18.619	8.55	54.1	4.023.4
1984	10.364	678	6.54	44.8	231.3

Fonte: INA, 1989; INA, 2002

3.2. Aversão ao risco: um princípio económico nas vésperas da independência

A partir dos anos 70 o conflito anti - colonial se mostrava quase que irreversível. Assim, o clima político que se vivia e as aspirações dos nacionalistas, minavam de certa forma o ambiente económico e acresciam de forma regular e rigorosa o receio dos capitalistas a investirem o seu capital para a continuidade da produção (apesar de o terem feito). O maior receio era investir sem garantias de retorno. Este receio por parte dos capitalistas veio a causar uma maior tendência para um investimento tímido para a empresa.

A ausência crescente de investimentos começou a originar i) falta de *inputs* agrícola, sobressalentes para os equipamentos agrícolas e para transporte e sobressalentes para a fábrica, ii) falta de produtos químicos importados e nacionais para a fábrica.

⁷⁸ A fonte destes dados não indica a unidade de medida para o rendimento agrícola
INA, 1993; INA, 2002

iii) falta de materiais de rega e problemas de fornecimento de energia eléctrica ; iv) falta de trabalhadores qualificados para agricultura, fábrica e gestão dos recursos da empresa.⁸¹

Antes da intervenção, a empresa mantinha contactos com a Alcântara, uma sociedade açucareira portuguesa dedicada à transformação do açúcar amarelo em branco e produzia também o melaço⁸¹. Depois da independência e principalmente após a intervenção, perdeu-se o contacto com essa sociedade. Isto dificultou o processo de venda de açúcar. Esta situação foi agravada ainda pelo facto de em 1974 ter havido um aumento nos salários pouco justificável pela redução da produtividade.⁸²

Outro aspecto era a divisão do trabalho que dificultava o acesso de africanos moçambicanos às tarefas que exigiam especialização, sendo-lhes reservadas as actividades mais rudimentares. Esta situação foi agravada pelo facto de o governo não dispor de pessoal suficiente para suprir este fosso deixado, como refere Vail & White.⁸³

3.3. Os resultados da intervenção

O papel do estado na economia moçambicana em geral e em específico no funcionamento da SSE-Marrromeu começa a se fazer sentir após a independência. Segundo INA⁸⁴ até esta data, o governo ainda não tinha uma estratégia clara de desenvolvimento a adoptar. Como refere Cravinho⁸⁵ quando o governo chega ao poder justificou a sua intervenção nos termos da ideologia e terminologia marxista. Defendia a intervenção na agricultura para consolidar o poder e a soberania em defesa dos interesses do povo, determinando o quê, como e para quem produzir e a que preço vender. Vail & White⁸⁶ refere que o governo interveio porque a empresa, assim como as outras estava sujeita ao abandono. Assim, não conseguia manter as máquinas a produzirem a completo devido a fraca produtividade, perdeu os seus técnicos principais e não havia uma reposição dos nacionais e perderam-se as parcerias que existiam antes da independência para garantir a reposição das máquinas. Associado a isto e a agravar a crise estava o preço fixo do açúcar e as perdas de £7 milhões em 1976. Segundo uma reportagem da

⁸¹ INA, 1993; INA, 2002

⁸² Matecateca, entrevistado em Marrromeu, 2004; Cabral, entrevistado em Marrromeu, 2004

⁸³ Vail & White, 1980:401

⁸⁴ 1980:401

⁸⁵ 1989:35

⁸⁶ Cravinho, 1998.

⁸⁷ 1980:401

revista *Tempo*⁸⁷ a empresa estava sujeita a sabotagem dos colonos, por isso que foi intervencionada. Um dos exemplos disto foi a dívida de 500 mil contos contraída pela companhia depois de embolsarem os lucros e a pretensão de passarem a dívida para o estado.

Em 1978, o governo, na sequência do seu plano de acção e por meio do despacho do Ministério da Indústria e Energia, intervencionou a empresa. Nesta altura ela já apresentava falência técnica, isto é, não produzia lucros. Para agravar a situação, o novo governo enfrentava dificuldades económicas e falta de quadros especializados próprios, para substituir os que haviam abandonado o país. Maior parte dos trabalhadores eram analfabetos e mal sabiam falar e escrever o português. Ao problema da falta de quadros e às dificuldades económicas, juntou-se as dificuldades de gestão que caracterizou o novo governo nos primeiros anos da independência.⁸⁸ Fixa-se aqui aquilo que Cravinho⁸⁹ chamou de ironia, o desejo de centralizar as decisões enquanto não se tem capacidades e recursos para o efeito.

Para Hoile⁹⁰ o facto de o governo estar debilitado financeiramente, estar mais virado para questões políticas em detrimento das questões económicas (uma delas a produção de açúcar), levando ao encerramento do laboratório de campo e do departamento agronómico da empresa, conduziu à paralisação. Isto porque houve dificuldades para manutenção do equipamento produtivo, uma das condições indispensáveis para que houvesse produção.⁹¹

A política do preço de açúcar fixada pelo governo não beneficiava a empresa. Segundo a política do governo, o preço era fixado na base da capacidade de compra dos consumidores e não nos custos de produção. Esta política de preços não era rentável para a empresa pois, os custos de produção eram superiores aos de venda (Veja tabela 2). Este

⁸⁷ *Tempo*, N.º 411, de 20 de Agosto de 1978 na página 25.

⁸⁸ Pereira, 1996:30; Ministério de Agricultura e Pescas, 1992; SSE, 1989; Cardoso, 1993:322

⁸⁹ Cravinho, 1998.

⁹⁰ 1989:57

⁹¹ Abrahamsson & Nilsson, 1994:39

aspecto não se verificava durante o período colonial. A política de preços começou a alterar em 1987 depois do PRE. A esta data a SSE-Marrômeu já parara.⁹²

Na tentativa de alterar a situação da crise, a empresa recorreu ao endividamento com o Banco de Moçambique.⁹³ Sobre as dívidas, existem várias versões. Segundo um artigo da revista *Tempo*⁹⁴ até 13 de Agosto de 1978 a empresa devia ao Banco 500.000 contos, equivalente à 45.460.055,76 USD.⁹⁵ Vail & White⁹⁶ citando jornais da época refere que em Agosto de 1978 a empresa deveu ao Banco 23 milhões de libras. A dívida tendia a crescer, agravando assim, a situação financeira da empresa. Com efeito, até 31 de Dezembro de 1988 A SSE-Marrômeu devia cerca de 7.354.000.000,00Mt, equivalente a 14.017.097,28 USD.⁹⁷ Uma parte desta dívida terá vindo dos investimentos feitos pelo governo no início de oitenta, como forma de proteger a empresa duma provável falência. Com efeito, até 1983 o estado investiu cerca de 678 555 contos, equivalente a 16.886.618,72 USD. Citando artigo de Cardoso na revista *Tempo*⁹⁸ houve tendências de transferência de dívidas contraídas pela empresa antes da intervenção. Estes factores todos terão contribuído para o aumento da dívida.

Já no fim do sistema político económico colonial, a empresa apresentava sinais de crise financeira, acompanhada da fuga de quadros. Depois da independência o governo tentou mudar a situação. Investiu na empresa (Foram provavelmente estes investimentos que terão conduzido a recuperação da produção no início de oitenta). No entanto, no contexto de guerra tornava-se difícil conter este investimento e ainda tendo em conta que a empresa não produzia lucros. Com efeito em 1984 não houve nenhum investimento.⁹⁹

A política económica do governo na altura visava satisfazer as necessidades do povo. Para o caso da SSE, como é referido numa reportagem da revista *Tempo*¹⁰⁰ a empresa depois de intervencionada estaria virada para a produção para os moçambicanos

⁹² INA, 1989:33,36

⁹³ INA, 1989:32,33,36

⁹⁴ N.º410, 13 de Agosto de 1978:23

⁹⁵ A taxa de conversão foi extraída da tabela da obra de West, 1997:317

⁹⁶ Vail&White, 1980:401

⁹⁷ INA, 1989:34. O valor do dólar americano subiu neste ano era de 524.645 Mt com base na tabela de West, 1997:317

⁹⁸ N.º411, 20 de Agosto de 1978:25

⁹⁹ INA, 1989: 35-36

¹⁰⁰ 20 de Agosto de 1978: 24

e em particular para os trabalhadores da empresa, diferentemente do período colonial, quando a produção estava virada para a satisfação destes e muito pouco se fazia para os nativos. O governo procurou mudar a política de gestão da empresa a favor dos trabalhadores. No entanto, um pormenor lhes saltou as vistas. Durante o período colonial, a sobrevivência, a produtividade e rentabilidade da empresa dependiam estrategicamente da diminuição dos custos com os trabalhadores.¹⁰¹ A empresa beneficiava do regime de exploração colonial, usando a mão-de-obra africana barata.¹⁰² Os salários pagos e as condições dos africanos (maior número na empresa) eram depreciáveis e isto tornava a empresa lucrativa. O governo colonial protegeu o sector açucareiro. Em Março 1952 introduziu o Decreto-lei n.º 38701 que aplicava um preço favorável ao produtor e obrigava os produtores a elevarem as vendas de açúcar em ramos à Portugal. Mais tarde (1966) introduziu o decreto-lei n.º 47337 que defendia a autonomia nacional do açúcar e melhorar o preço para o produtor. Foi este protecção que permitiu o aumento da produção dos anos 60 até primeiro quinquénio de 70¹⁰³. Após a independência e principalmente após a intervenção, o governo alterou a situação. As habitações existentes foram atribuídas aos trabalhadores nacionais, procurou-se satisfazer o máximo possível os direitos dos trabalhadores e combater a ideia de exploração homem-homem. No entanto, com estas medidas os custos para com os trabalhadores aumentaram e não só, o governo voltou a empregar todos os trabalhadores despedidos pelos antigos proprietários, passou a efectivos todos os trabalhadores sazonais com mais de um ano na empresa¹⁰⁴. Foi estabelecida uma outra forma de protecção. Neste caso beneficiando os trabalhadores.

¹⁰¹ Head, 1989

¹⁰² Antonio, 2000

¹⁰³ Antonio, 2000: 27-29

¹⁰⁴ INA, 1989: 19

Tabela2: Custos de produção,1980-1984

Ano	Açúcar amarelo	Açúcar Branco	Preço de venda
1980	9.40MT/Kg	10.80MT/Kg	10.60MT/Kg
1981	11.80	13,50	10.60MT/Kg
1982	16.50	19,00	10.60MT/Kg
1983	23.30	26.50	10.60MT/Kg
1984	24.20	*	10.60MT/Kg

Fonte: INA,1989:33

* A fonte não apresenta dados para açúcar branco neste ano.

3.4. A guerra no pós - independência

A guerra que se seguiu a independência é indicada como a causa agravante da paralisação, pela destruição das principais vias de transporte e comunicação.

Pereira¹⁹⁵ refere que o conflito no distrito inicia em 1978. Em 1982 houve o primeiro ataque na localidade de Malingapanse(nos arredores das plantações de cana). O mesmo ano, é referido por Nhabinde¹⁹⁶ como o do encerramento da linha de Sena. Esta linha ligava Moatize -Marromeu-Beira e era a principal via para o transporte do carvão de Moatize, a principal fonte de energia para a empresa. A linha de Sena era ainda importante para distribuição e comercialização do açúcar e importação do *inputs*.¹⁹⁷ Portanto, a paralisação da linha de Sena significou que i) a empresa deixava de receber o carvão de Moatize; que era a sua principal e barata fonte de combustível para a produção de açúcar e que ii) a empresa tinha que adoptar uma outra estratégia de aquisição de combustível para a produção. E esta alternativa seria mais dispendiosa. Assim, para tentar contornar a inutilização da linha, a empresa tentou transportar combustível por via fluvial e aérea. Estas duas alternativas eram extremamente dispendiosas e pouco rentáveis. Daí, não ter vantagens. Mas também a via fluvial era pouco viável porque o porto de Chinde era incapaz de suportar barcos de grande porte quando havia mudanças

¹⁹⁵ 1996:25,32

¹⁹⁶ 1997:17

¹⁹⁷ *Notícias*, 17 de Julho de 1984:8; Mesa, entrevistado em Marromeu, 2004

do curso das águas do rio. A guerra impossibilitou que funcionasse mais que 1 ano a via alternativa directa de comercialização construída pela empresa em 1984.¹⁰⁸

A destruição das vias de acesso, tornou difícil o escoamento do açúcar e a recepção de *inputs*. Tornou-se difícil transportar óleos de lubrificação para a fábrica. Nestas condições tornava-se difícil dar continuidade a produção e gerar rendimentos sustentáveis para o bom andamento da empresa.¹⁰⁹

Para além do ataque da via férrea Moatize-Marromeu-Beira, a guerra resultou também na destruição das vias Dondo-Mwanza-Inyamitanga-Marromeu, Luabo-Chinde e o respectivo porto, Luabo- Mopeia, Dondo-Inyamitanga-Marromeu. Destruiu a central eléctrica da empresa.¹¹⁰

Não só as vias de acesso foram afectadas pela guerra. Relatórios do INA¹¹¹ referem que foram destruídos também os acampamentos dos trabalhadores nas unidades de produção, os armazéns e morta uma boa parte do gado bovino. Em resultado destes ataques, muitos trabalhadores começaram a abandonar a empresa, refugiando-se em Quelimane, Chinde, Beira e até Maputo. Isto porque a região toda estava praticamente minada e em consequência, trabalhadores morriam a quando das suas actividades nas plantações. Maciera¹¹² refere que em 1986 morreram cerca de 6 trabalhadores no campo. Na tentativa de minimizar os males da guerra, alguns trabalhadores foram treinados para se tornarem milícias e protegerem a empresa.¹¹³

A fuga de trabalhadores deixou a empresa praticamente abandonada. Em consequência, os materiais, os equipamentos não destruídos pela guerra, começaram a degradar-se por falta de manutenção¹¹⁴.

Segundo Mesa, Agostinho, Ventura¹¹⁵ e SSE¹¹⁶ a empresa foi atacada primeiramente em 1984, mas foi a 9 de Janeiro de 1986 que ela foi ocupada durante 15 dias, depois de duas investidas fracassadas durante o mesmo ano. A ocupação da empresa

¹⁰⁸ Pereira, 1996:29; Nhabinde, 1997:17

¹⁰⁹ Pereira, 1996:37,38; INA, 1997:2; INA, [s.d.]:2,3; Agostinho, entrevistado em Marromeu, 2004

¹¹⁰ INA, 1997:1,2; INA, 1993; INA, 2002:2

¹¹¹ 1997:1,2; INA, 1993; INA, 2000:3

¹¹² Maciera, entrevistado em Marromeu, 2004.

¹¹³ Joaqui, 1997; INA, [s.d.]:3

¹¹⁴ Cabral, entrevistado em Marromeu, 2004

¹¹⁵ Esta foi uma entrevista em grupo em Marromeu, 2004

¹¹⁶ 1989

não explica a paralisação, mesmo porque quando ela foi ocupada (1986), a paralisação já ocorrera. No entanto, a ocupação durante 15 dias sustenta a ideia do abandono dos trabalhadores para se refugiarem em outras zonas menos conflituosas.

A opinião de Maciera¹¹⁷ segundo a qual a guerra foi o principal agravante pode ser consubstanciada nos dados já apresentados referentes a destruição da linha de Sena. Além do mais, a guerra destruiu a central eléctrica, os acampamentos dos trabalhadores e implantou minas na região, tornando-na instável e causando mortes de trabalhadores. Esta ideia tem mais sustentos ainda. Como refere Vita,¹¹⁸ a guerra aumentou os custos de produção. Tornou difícil o transporte de combustível, implantou instabilidade nas plantações, destruiu as vias de escoamento de açúcar. Assim, os custos de produção subiram. Em contrapartida o governo fixara os preços máximos de venda de açúcar, a baixo dos custos de produção(veja tabela2). A empresa não podia vender acima dos preços tabelados. Assim sendo, ela deixa de ser rentável. É exactamente aqui que reside o impacto da guerra sobre a empresa.

Quando a guerra afectou a empresa a crise de produção já vinha, se bem que parcialmente resolvida em 1981-82. Portanto, a guerra não pode ser a causa principal. Mas que ela foi o principal agravante, torna-se difícil de encontrar argumentos contrários.

Capítulo4: O significado da SSE - Marromeu para os trabalhadores

O objectivo deste capítulo é mostrar a ligação sócio - económica que existia entre trabalhador - empresa. O capítulo faz um percurso do trabalhador desde o seu recrutamento até a empresa. Chegado aqui, quais são os seus direitos e obrigações.

4.1. O ciclo de produção de açúcar e a necessidade de mão de obra

A produção do açúcar é uma actividade complexa que compreende duas fases distintas e complementares. A primeira, que é a da produção agrícola da cana sacarina e a segunda, produção industrial do açúcar.

O plantio da cana começa i) pelas estacas colocadas no terreno já húmido. Passado um tempo brotam estacas a partir das reservas contidas nas estacas, formando-se

¹¹⁷ Entrevistado em Marromeu, 2004

¹¹⁸ Entrevistado em Marromeu, 2004

os primeiros rebentos. Depois surgem sucessivamente os segundos e terceiros rebentos, constituindo assim uma touceira, que pode ter entre 5 a 40 canas, dependendo da variedade¹¹⁹. Depois de formada a touceira, desenvolvem-se novas raízes dos primórdios e dos entrenós basais dos caules jovens. Cada gema vegetativa terminal de cada caule dá origem a uma sucessão de nós e entrenós, os caules crescem e as folhas que se formam em cada um dos nós crescem, desenvolvem-se envelhecem e secam e são substituídas por folhas jovens. As raízes ramificam e aumentam de comprimento. A dado momento, florescem e dependendo da variedade¹²⁰ a gema terminal pode transformar-se em gema floral, formando a inflorescência. Depois deste processo, segue-se a fase de acumulação de sacarose no colmo e diminuição em água, acidez e glicose até atingir a idade de corte e colheita.¹²¹

O ciclo pode durar entre 8 meses em climas com geadas e invernos severos, até 24 meses em climas quentes. Geralmente, o ciclo dura entre 14 a 18 meses para a cana planta ou *plant crop* (aquela que resulta da propagação das estacas) e 12 meses para as socas ou *ratoons* (canas que rebrotam após o corte do colmos).¹²²

Depois de cortada a cana vai para a desfibradora para depois seguir ao primeiro moinho, onde é esmagada e moída. O mesmo processo ocorre até ao 4º moinho. Depois de ser esmagada e moída, separa-se o melaço do bagaço¹²³. O bagaço vai para a caldeira, para produção do vapor que alimenta as turbinas e o melaço vai para os tanques de alcalização, onde é misturado com o cal. Depois de misturado o melaço e o cal, a solução é conduzida aos aquecedores para a fervura. O melaço já aquecido, vai a classificação. Aqui o sumo é escoado e separado doutros resíduos e conduzido ao evaporador, onde prepara-se o sumo ou xarope para a produção de açúcar. Do evaporador, o xarope vai para o Baumé e em seguida às panelas, onde mistura-se com água quente. Daqui sai a primeira amostra do açúcar depois de passar por 3-4 panelas. A primeira amostra de açúcar (designado açúcar "A") é testada. Só depois de ser aprovada é que pode-se

¹¹⁹ Loforte, 1996:2

¹²⁰ Segundo Vail & White (1980:122) a SSE-Marromeu plantava a variedade *green natal e uba*

¹²¹ Loforte, 1996:2

¹²² Loforte, 1996:2

¹²³ Bagaço, é a fibra da cana que muitas das vezes é usada para produção do vapor. Este vapor era usado para a produção de energia para a empresa e o distrito.

torná-la comercial. Caso não seja aprovada, o açúcar "A" é reconduzida às panelas para uma nova cozedura.¹²⁴

A complexidade da produção de açúcar implica recrutamento de muitos trabalhadores. O plantio da cana é antecedido de preparação da terra. Depois de plantada a cana, deve-se limpar os infestastes, aplicar insecticidas, drenar os campos e sistematicamente controlar a evolução da planta. Chegado o período de campanha, para além dos trabalhadores já existentes, torna-se necessário recrutar mais para o campo e a indústria. Neste período as actividades multiplicam-se desde o campo até a fábrica.

Para o caso específico da SSE-Marromeu é preciso ter em conta i) que maior parte das actividades (sacha, plantio, aplicação de insecticidas, fertilização dos solos, limpeza dos infestastes, drenagem dos campos, construção do dique, corte e colheita da cana) do campo eram manuais, ii) o carregamento da cana até aos vagões era manual.¹²⁵

Desde 1930 que a actividade em Marromeu estava dividida em dois momentos. O primeiro, designado de intercampanha ou de plantio. Este momento divide-se por duas fases. A primeira que iniciava nos finais de Dezembro até Fevereiro ou Abril¹²⁶, aqui i) preparava-se a terra e plantavam-se novas sementes e ii) limpavam-se os infestastes e aplicavam-se insecticidas. A segunda fase da intercampanha vai de Março ao início da Colheita, onde i) voltava-se a limpar os infestantes, ii) drenava-se o campo, iii) construía-se o dique para proteger a cana duma provável enchente do Rio Zambeze e iv) fazia-se uma barreira de fogo para proteger a cana de pestes ou pragas. O segundo momento era o da campanha, de Maio a Novembro-Dezembro. Este era o momento que suscitava muitos trabalhadores pela sua duração, meios materiais mobilizados, a necessidade de organização e principalmente pela utilização intensiva da força humana. Devido a necessidade excessiva da força de trabalho, os trabalhadores ainda que fossem muitos, faziam turnos. O corte e colheita da cana era uma actividade ininterrupta.¹²⁷

Para satisfazer a demanda da força de trabalho para a campanha, a SSE-Marromeu já antes da independência recrutava trabalhadores sazonais das zonas circunvizinhas

¹²⁴ Cabral, entrevistado em Marromeu, 2004

¹²⁵ Head, 1980:153; Chicalia, entrevistado em Maputo, 2003

¹²⁶ Segundo Cabral, entrevistado em Marromeu, 2004, o momento da intercampanha ou de plantio vai dos finais de Dezembro até Abril.

¹²⁷ Head, 1980:153; Loforte, 1996:14; Culturas..., 2003:5

(Zambézia e Tete). Para além do trabalhador sazonal, a empresa também recrutava trabalhadores eventuais destinados às actividades acrescidas na fábrica, em resultado da campanha. No grupo dos eventuais estavam os motoristas, operadores de máquinas, empacotadores de açúcar, estivadores, etc.¹²⁸

Os dados apresentados mostram de certa forma o quanto a SSE-Marromeu dependia duma estratégia específica de recrutamento de mão de obra para o sucesso da sua produção e produtividade. A média dos trabalhadores de 1930 a 1960 era de 13.000 a 20.000 homens/dia não especializados e 800 especializados no período de campanha.¹²⁹

4.2. Categoria e sistemas de recrutamento dos trabalhadores

A SSE-Marromeu consciente da necessidade de aquisição duma força de trabalho para o sucesso da sua produção e produtividade, esteve sempre preocupada em tratar deste aspecto. Assim, em 1932 por meio dum acordo com a Companhia de Moçambique, foi autorizada a recrutar trabalhadores ao norte do Zambezi, pagando a estes salários apropriados as suas zonas de origem.¹³⁰

Nos anos 30 a 40 a necessidade de mão de obra aumentou. Isto devido a estabilização do preço de açúcar, a adopção de políticas proteccionistas que favoreciam o mercado de açúcar e a eclosão da segunda guerra mundial, criando condições para uma grande procura daquele produto. O aumento da demanda da mão de obra foi agravada pelo facto de em 1935 ter iniciado a produção do chá no Gurúe, em 1936 o estado estar virado para a produção compulsiva do algodão, em 1941 ter sido introduzida a produção forçada de arroz e o facto de ainda uma parte da mão de obra emigrar para a África do sul e Rodésia do Sul. Como corrolário, em 1942 as antigas e novas companhias, novos concessionários na região e até o estado colonial, disputavam para a aquisição de mão-de-obra. A solução buscada pelo estado colonial para esta crescente demanda foi a suspensão do código de trabalho de 1930 e a reintrodução do trabalho forçado. Contudo, esta medida só resolvia o problema para as empresas estatais. Para o caso da SSE-Marromeu, uma instituição de capital privado, a escassez de mão de obra continuava a constituir um

¹²⁸ Perera, 1996:12; INA, 1989:18; APAMO, 2001:25; Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004

¹²⁹ Head, 1980:154, 155; INA, 1989:18; Hoile, 1989:56

¹³⁰ Vail & White, 1980:264

problema. Na tentativa de minimizar o mal, em 1942 o então governador geral autorizou que os trabalhadores do banco norte do rio Zambezi fossem recrutados para a SSE-Marromeu, na condição de receberem salários oficiais dos trabalhadores do banco Sul, de 55.00 esc. Esta decisão permitiu a empresa minimizar os seus males concernentes ao recrutamento de trabalhadores especificamente para o período de campanha.¹³¹

A necessidade de recrutar trabalhadores em grande número para a empresa, especificamente no período de campanha, era tal que obrigava a adopção de um sistema eficiente e que minimizasse de certa forma os custos. A alternativa que soube menos dispendiosa foi o recrutamento de trabalhadores sazonais de Tete, do alto Moloque, Lugela, Ilé, Maganja da Costa e Nhamarroí¹³². Esta estratégia segundo Vita, Mesa e Cocorico¹³³ deveu-se ao facto de a força de trabalho activa local, recusar-se a desenvolver actividades associadas a campanha (designadamente corte e colheita da cana e transporte até a fábrica). A força de trabalho activa preferia deslocar-se e trabalhar na Zambézia ou Beira a trabalhar na empresa como ou sazonal para corte e colheita da cana.¹³⁴ A preferência dos trabalhadores por Beira ou Zambézia pode-se explicar pelo facto de os salários e as condições de trabalho nas plantações não serem atractivos comparativamente ao tipo de trabalho que exerciam na Beira ou Zambézia. Para Pereira¹³⁵ e Chicalia¹³⁶ o recrutamento de trabalhadores de regiões distantes era vantajoso para a empresa na medida em que estes eram estritamente comprometidos ao trabalho. Com efeito, não se imiscuíam em hábitos (como consumo do álcool) que prejudicassem a prestação da actividade para a qual fora contratado. Head¹³⁷ defende que o recrutamento de trabalhadores da Zambézia e Tete, devia-se ao facto de os trabalhadores do território da Companhia de Moçambique serem mais caros. Mas também pode-se ter em conta outro aspecto. O código de trabalho de 1935 dizia que o salário do trabalhador devia ser fixado de acordo com a taxa de impostos da região de origem do trabalhador e não do local de trabalho. O imposto para um casal era 85.00 escudos em Quelimane e 170.00 escudos em

¹³¹ Vail & White, 1980:265,300

¹³² Head, 1980

¹³³ Entrevistados em Marromeu, 2004

¹³⁴ Vail & White, 1980:301

¹³⁵ 1996:13,54

¹³⁶ Entrevistado em Maputo, 2003

¹³⁷ 1980:81

Sofala e Manica. Isto fazia com que o salário do trabalhador recrutado de Quelimane fosse mais baixo do que o de Sofala.¹³⁸ Isto pode muito bem explicar a preferência da Companhia por trabalhadores da Zambézia, em detrimento dos de Sofala.

Os trabalhadores sazonais, recrutados de princípio para um período de seis meses, vinham primeiramente sozinhos, isto é, sem esposa e nem filho(s) e alojavam-se nos acampamentos da empresa para o efeito. Era-lhe concedido um período de 3 meses para construção da sua casa. Se efectivasse, podia trazer a sua família e a empresa cobria-se das despesas de alimentação e alojamento. A sua mulher que muitas das vezes não era usada como força de trabalho na empresa, dedicava-se a agricultura familiar.¹³⁹

O sistema de recrutamento de trabalhadores deve ser analisado de acordo com as diferentes categorias de trabalhadores que a empresa possuía e o período. A empresa possuía de princípio três grandes categorias de trabalhadores. Os efectivos, considerados quadros permanentes, com um contracto ilimitado, direito a reforma, pensão em caso de morte ou invalidez funcional, resultante do trabalho. Para com esta categoria a empresa devia garantir assistência medica e medicamentosa. Entre os efectivos existiam ainda diferenças. Existia um grupo pertencente ao sindicato, considerado quadro, com direito a casa, fornecimento de água, luz e transporte e os não pertencentes ao sindicato sem direito a alojamento. Dentro dos quadros existiam durante o período colonial, os contratados estrangeiros (portugueses, ingleses, goeses, mauricianos, etc.), com um contracto de 3 a 4 anos, fim dos quais tinham direito a 6 meses de férias graciosas com direito à passagem de ida e volta e geralmente com meio ordenado no fim da licença.¹⁴⁰ Existiam trabalhadores eventuais, com um contracto limitado de seis meses de princípio. Findo o contracto cortavam-se todas as ligações trabalhador - empresa. Os eventuais eram recrutados maioritariamente nos arredores da empresa. Destinavam-se as actividades adicionais na fábrica, resultantes da campanha, designadamente condução de tractores, manuseamento do transporte da cana dos campos até à fábrica.¹⁴¹ Para além do eventual, existia o sazonal. Era contratado especificamente para o corte e colheita da cana durante a campanha (que ia de Maio a Novembro-Dezembro). Eram recrutados no norte

¹³⁸ Vail & White, 1980:301

¹³⁹ INA, 1989:18,19

¹⁴⁰ Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁴¹ Cabral, entrevistado em Marromeu, 2004

da Zambézia e na província de Tete. Recebiam semanalmente bonus de tarefa, tinham direito a alojamento e alimentação. No fim dos contractos, recebiam parte dos salários nas suas zonas de origem. Não existiam grandes diferenças entre o trabalhador sazonal e o eventual. A maior diferença estava nas actividades para as quais eram contratados. Enquanto os eventuais usualmente destinavam-se a operação das máquinas de comboio, fogueiro, cameco, operar filtros e ensacadores, os sazonais destinavam-se ao corte e colheita da cana. No tocante ao pagamento, o sazonal recebia parte do salário no fim do contrato e em tranches, metade na empresa e a outra metade na administração do local donde fora recrutado, mas o eventual, muita das vezes recrutados localmente, recebiam o salário como se fossem efectivos durante o período de vigência do contrato¹⁴².

Devido à ausência de sistema de canavieiros, eram empregados trabalhadores designados "engajadores". Depois dos anos 60 a empresa passou a empregar mulheres para corte e transporte de cana, que antes eram usadas somente para a saca do campo, por se considerar uma actividade menos pesada.¹⁴³

A força de trabalho era distinta. Antes da independência 100% dos não especializados eram africanos, negros semi-analfabetos, 90% dos especializados e semi-especializados eram europeus ou equiparados e 100% dos quadros administrativo e técnico eram estrangeiros. Após a independência, maior parte, se não todos, dos estrangeiros deixou de trabalhar e surgiu uma outra categoria de trabalhadores que não entrava no organograma administrativo. Eram membros do partido Frelimo. O 1º secretário do comité desempenhava funções a tempo inteiro. A actividade do partido cingia-se ao domínio político – ideológico.¹⁴⁴

A empresa teve que criar condições específicas para os trabalhadores sazonais, devido ao facto de serem recrutados em zonas relativamente distantes. Por volta dos anos 60 construiu acampamentos ao longo dos campos para o efeito. Os campos eram compostos por cantinas para refeições e posto de socorro.¹⁴⁵

Depois da independência, o cenário sofreu mudanças. Primeiro, o recrutamento de trabalhadores sazonais começou a reduzir-se devido a crise crescente da empresa e

¹⁴² Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁴³ INA, 1989:21,22; Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004; Mesa, entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁴⁴ INA, 1989:30,31; Cardoso, 1993:312,321

¹⁴⁵ Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004

redução da produção e produtividade da empresa. O estado determinou que o trabalhador sazonal que quisesse tornar-se efectivo após o fim do contrato podia fazê-lo. Em 1982 o estado aboliu a categoria de trabalhador sazonal¹⁴⁶. Todos os trabalhadores com aquela categoria a mais de um ano na empresa, deviam tornar-se efectivos. Sobre as causas da abolição existem diferentes visões. Para Cardoso¹⁴⁷ o estado tomou aquela medida na tentativa de colmatar o abandono dos trabalhadores da empresa, resultante da crise. Munguambe¹⁴⁸ sustenta que a eliminação da categoria de trabalhador sazonal não foi para colmatar o abandono, mas resultado da política socialista que defendia a não exploração homem - homem. Isto porque chegou-se a perceber que o trabalhador considerado sazonal, na prática não o era. Simplesmente mudava de actividades e nesta ordem de actividades, o trabalhador considerado oficialmente sazonal, acabava trabalhando todo o ano. Para o empregador, isto constituía um benefício na medida em que a empresa não era obrigada a indemnizar o trabalhador no fim do contrato e o trabalhador sazonal não beneficiava dos serviços sociais, fornecidos aos efectivos/permanentes. O trabalhador sazonal não tinha direito a férias. Foi assim que o sindicato em defesa dos interesses dos trabalhadores desafiou o estado no sentido de tornar todos os trabalhadores sazonais com mais de um ano na empresa, efectivos.

As duas posições podem por si justificar-se. Mas é preciso considerar alguns aspectos. i) já a partir de 1973 que a empresa começara a verificar uma crise de produção, ii) em 1978 a quando da intervenção já apresentava uma falência técnica, iii) daí a diante, a produção continuou a decrescer, embora com algumas recuperações, até a paralisação em 1984, iv) No início dos anos oitenta, a guerra já se fazia presente no distrito. Portanto, estes aspectos podem de certa forma explicar a redução da força de trabalho, uma vez a empresa em crise. Mas pouco servem para explicar o facto de o estado ter transformado os trabalhadores sazonais em efectivo, se considerar-se que aqueles trabalhadores, que constituíam a maioria, ao se tomarem efectivos, passariam a gozar de todos os direitos que a empresa já dificilmente satisfazia para aos efectivos até então. Os aspectos

¹⁴⁶ INA, 1989:19

¹⁴⁷ 1993:316,317

¹⁴⁸ Este foi o fundador do SINTIA e hoje é o Secretário-Geral. Está ligado ao sindicato desde a independência. Foi entrevistado em Maputo, 2003

apresentados tem ainda mais suporte se considerarem-se as versões de Vita e Rosse¹⁴⁹ segundo as quais i) a empresa devido a crise que enfrentava desde 1973, diferentemente da posição assumida por Cardoso, pretendia reduzir o efectivo dos trabalhadores pois tornava-se difícil pagar todos os salários completos e cumprir com todos os deveres para com os trabalhadores e que a redução dos trabalhadores nos anos oitenta deveu-se não só a crise da empresa mas como também a guerra, respectivamente.

Sobre a data do termino do recrutamento de trabalhadores da Zambézia (etc), há informações divergentes. Agostinho¹⁵⁰ refere que o recrutamento termina nos finais dos anos 70 como resultado do conflito. Pela obstrução das vias de acesso, tornando difícil transportar os trabalhadores e sujeitando-lhes aos ataques durante a viagem. Maciera¹⁵¹ refere que o recrutamento termina em 1983. No entanto, os dois entrevistados são unânimes em referir que o conflito é que foi a principal causa do fim do recrutamento. Não só pela obstrução das vias de acesso, mas como também, porque instalou um "caos económico" na empresa, tornando desnecessário recrutar trabalhadores sazonais

4.3. Categoria, Direitos e obrigações dos trabalhadores

A questão dos direitos e obrigações dos trabalhadores dificilmente pode ser tratada, sem ter em conta as diferentes categorias dos trabalhadores existentes e o período. Os direitos e obrigações dos trabalhadores dependia do seu estatuto na empresa, a tarefa que desempenhava e a sua origem.¹⁵²

Para os trabalhadores efectivos, a empresa fazia um contrato ilimitado, tinham direito a reforma. Para isto, em Dezembro de 1983 a Secretaria do Estado do Trabalho emitiu um documento designado Medidas Transitórias de Segurança Social que defendia o pagamento de pensões de velhice mínimas de 1500 MT a trabalhadores com mais de 10 anos de serviço efectivo na entidade empregadora, desde que completados 60 anos para

¹⁴⁹ Entrevistados em Marrromeu, 2004

¹⁵⁰ Entrevistado em Marrromeu, 2004

¹⁵¹ Entrevistado em Marrromeu, 2004

¹⁵² INA, 1980-24

homens e 55 para mulheres¹⁵³. Tinham direito à pensão em caso de morte ou acidente de trabalho (designado pensão de sangue). Ainda em caso de morte, os trabalhadores tinham direito a caixão. Se morresse um dos seus familiares directos, o trabalhador tinha direito a seis dias de descanso. Em caso de doença, tinha direito a hospitalização. Durante o período colonial a SSE construiu hospitais e existia em cada, um médico e o tratamento, hospitalização e medicamentos eram gratuitos para todo o pessoal. É preciso realçar que durante este período, os hospitais de princípio eram para os europeus, em raras excepções e pela gravidade da doença é que se atendiam africanos. Após a intervenção, essas propriedades passaram para o estado e deixou de existir a distinção de acesso de acordo com a raça e categoria¹⁵⁴. A empresa devia garantir salário, assistência médica-medicamentosa. No concernente ao salário, o sistema era um tanto quanto rígido e a empresa não promovia incentivos monetários em casos de aumento da produtividade. Após a intervenção, os salários foram padronizados. Os trabalhadores da mesma categoria passaram a receber o mesmo salário. O governo definiu que o salário mínimo seria 65.5 MT dia para os trabalhadores das farmas e plantações e 2100Mt mês para outros.¹⁵⁵ Entre os efectivos existia um grupo pertencente ao sindicato, considerado quadro com direito a casa, fornecimento de água, luz e transporte. A empresa dispunha duma rede ferroviária de 310 km, com locomotivas e vagões. Esta rede destinava-se não só ao transporte da cana mas como também ao dos trabalhadores dos locais de residência à empresa, vice-versa. Para fixação dos trabalhadores mais qualificados e especializados a empresa construiu nos anos 60 acampamentos com habitações de alvenaria, rede sanitária, cantinas e um sistema de abastecimento de produtos alimentares e outros. A empresa também oferecia oportunidades de formação aos filhos dos trabalhadores. Para isto, ergueu uma escola em 1983.¹⁵⁶

Os trabalhadores eventuais tinham um contracto limitado, numa primeira fase a seis meses. Findo o contracto cortavam-se todas as ligações trabalhador – empresa. Estes gozavam de direito a assistência médica - medicamentosa. A modalidade de pagamento era idêntico a do efectivo, enquanto durasse o contrato. Não tinham direito a alojamento

¹⁵³ Cardoso, 1993:317

¹⁵⁴ Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁵⁵ Houle 1989: 58; Pereira, 1996:55; Cardoso, 1993:313,312,320; Matecateca, 2004; Cabral, entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁵⁶ Diário de Moçambique N. 716:3; Pereira, 1996:11,13; INA, 1989:21,22; Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004; Mesa, entrevistado em Marromeu, 2004; SSE, 1989:13; Joaquim, 1997.

pelo facto de residirem nas imediações. Em caso de doença, eram assistidos nos postos de socorro ou hospitais criados para tal e de acordo com a gravidade.¹⁵⁷

A terceira categoria era de trabalhadores sazonais. Estes trabalhadores eram recrutados ao norte da Zambézia e na província de Tete por um período de 6 meses rotativos e destinados a campanha. Recebiam semanalmente bonus de tarefa, tinham direito a alojamento e alimentação. Durante o período colonial, estes recebiam os seus salários na administração da zona de origem no fim dos contractos¹⁵⁸. No entanto, após a intervenção e antes da eliminação da categoria de trabalhador sazonal, estes passaram a receber os seus salários como se fossem efectivos, enquanto durasse o contrato. O trabalhador sazonal apesar de não pertencer ao quadro de pessoal da empresa, gozava de direito a alojamento, pelo facto de ser recrutado em zonas relativamente distantes. Como refere Muianga e Andrade citados por Antonio¹⁵⁹ e baseando-se numa entrevista com Rosse¹⁶⁰, assim como na Acucareira de Xinavane, a SSE-Marromeu também teve que criar condições de alojamento para os trabalhadores sazonais junto aos campos. Segundo Machado¹⁶¹ a empresa possuía cerca de 11 acampamentos(ver anexo3), distribuídos entre as localidades de Lacerdonia, Chupanga e Malingapanse. Cada acampamento era constituído por uma cantina, um armazém para reserva de alimentos, uma escola e um posto de saúde para os primeiros socorros.¹⁶²

Para além de alojamento, alimentação e cuidados de saúde prestados aos trabalhadores de acordo com as categorias, a SSE-Marromeu também construiu durante o período colonial centros de lazer. Possui três, designadamente Marromeu Clube, Clube Internacional e o Clube Vasco da Gama.¹⁶³

Independentemente da categoria dos trabalhadores, há a considerar alguns aspectos. i) maior parte dos trabalhadores tinham a empresa como principal fonte de subsistência e ii) em Marromeu, a açucareira era o maior agente económico e principal

¹⁵⁷ INA, 1989:21,22; Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004; Mesa, entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁵⁸ INA, 1989:21,22; Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004; Mesa, entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁵⁹ 2000:17

¹⁶⁰ Entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁶¹ Entrevistado na Beira, 2004

¹⁶² Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁶³ Cocorico, entrevistado em Marromeu, 2004

fonte de rendimento para a população activa.¹⁶⁴ Segundo os relatórios síntese do INA¹⁶⁵ e INA¹⁶⁶ a importância sócio- económica da SSE-Marromeu deve-se ao facto de ela ser uma importante fonte de divisas e absorver uma grande quantidade de força de trabalho e com emprego, estes trabalhadores aumentarem o seu rendimento económico e manterem a sua estabilidade social, respectivamente. Chicalia¹⁶⁷ e Pereira¹⁶⁸ referem que a fixação da SSE chamou consigo uma série de serviços sociais, desde a educação, saúde e actividades recreativas. Portanto, estes serviços estreitaram as ligações trabalhador-empresa e condicionou a dependência do primeiro em relação ao segundo vice-versa.

Capítulo 5 : Impacto da paralisação para os trabalhadores

Este capítulo discute o impacto da paralisação para os trabalhadores. Pretende-se aqui mostrar que ao se tratar do impacto deve se ter em conta a ligação trabalhador-empresa e as diferentes categorias de trabalhadores. Isto porque o impacto não é uniforme para todos os trabalhadores até então empregados.

5.1. Situação da força de trabalho, da intervenção a paralisação

Da intervenção à paralisação, a produção mostrou-se decrescente, não obstante temporárias recuperações. No entanto contrariamente à evolução da produção, a força de trabalho permanente ia aumentando.¹⁶⁹ Isto porque segundo Rosse¹⁷⁰ o estado i) não querendo criar descontentes, ii) cumprindo uma promessa feita de melhorar a condição sócio-económica da população em geral e em particular do distrito, iii) prevenindo-se do período chuvoso (durante o qual o carregamento da cana era manual), voltou a empregar todos os trabalhadores expulsos pelos antigos proprietários antes da intervenção.

Com a eliminação da categoria de sazonal e eventual. Todos os trabalhadores com aquela categoria a mais de um ano na empresa, passaram a efectivos.¹⁷¹ Portanto, dos

¹⁶⁴ Chicalia, entrevistado em Maputo, 2003

¹⁶⁵ 1959:22

¹⁶⁶ 1999

¹⁶⁷ Entrevistado em Maputo, 2003

¹⁶⁸ 1996:54

¹⁶⁹ Matecateca e Rosse, entrevistados em Marromeu, 2004

¹⁷⁰ Entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁷¹ INA, 1959:19; Cardoso, 1993:316

12000 trabalhadores existentes a quando da intervenção¹⁷², este número passou para 13.600 em 1984¹⁷³

Apesar de o estado ter eliminado a categoria de trabalhador sazonal, na prática ela continuou existindo. Isto porque até à data da eliminação, existiam trabalhadores sazonais com menos de um ano. Assim, com a introdução da legislação nem todos os trabalhadores passaram a efectivo, por não reunirem requisitos suficientes. Com efeito, a empresa continuou tendo trabalhadores sazonais. Até Janeiro de 1986 existiam 5.100 sazonais.¹⁷⁴ Em 1991 existiam cerca de 700.¹⁷⁵ INA¹⁷⁶ refere que em 1993 existiam cerca de 3.500 trabalhadores sazonais.

Torna-se necessário considerar alguns aspectos. No contexto de guerra que já se fazia sentir no início de oitenta e que tornou as vias de acesso inseguras, tornava-se difícil recrutar trabalhadores nas tradicionais regiões (Zambézia e Tete) e mesmo o regresso dos já recrutados, após a dispensa. Assim, muitos destes, após a paralisação e a dispensa, não regressaram às suas zonas de origem, permanecendo no distrito.¹⁷⁷ Como no distrito a SSE-Marromeu, embora em crise continuava sendo a principal fonte de emprego, estes trabalhadores ficavam lutando por um lugar na empresa. Como refere Rosse¹⁷⁸ depois do assalto ou da ocupação (1986), apesar do abandono, alguns trabalhadores eventuais e sazonais permaneceram na empresa.

5.2. Reestruturação da força de trabalho e diversificação da produção

Logo após a paralisação, a direcção da empresa pensou em terminar os contratos com todos os trabalhadores independentemente da categoria, indemnizá-los e encerrar totalmente a empresa. No entanto esta ideia tornava-se difícil operacionalizar porque i) na altura, não tinha dinheiro suficiente para indemnizar todos os trabalhadores de que possuía (cerca de 13.600), ii) a indemnização e o despedimento de todos os trabalhadores expunha a empresa ao risco de degradação das suas infra-estruturas e não só, o gado e

¹⁷² Gomes, *Tempo*, 13 de Agosto de 1978:18

¹⁷³ Alexo e Rosse, entrevistados em Marromeu, 2004.

¹⁷⁴ Rosse, 2004

¹⁷⁵ SSE, 1991:1

¹⁷⁶ 1993

¹⁷⁷ Cabral e Rosse, entrevistados em Marromeu, 2004

¹⁷⁸ 2004

outros remanescentes aproveitáveis da empresa. Não sendo viável a primeira opção, o estado junto a direcção da empresa decidiu manter os trabalhadores já efectivos até então e fazer a manutenção da cana existente nos campos. Para pagar os salários e outros direitos dos trabalhadores a empresa procurou fundos dentro dos meios possíveis, dada a fraca ou improdutividade da empresa.¹⁷⁹

Parte dos trabalhadores efectivos foram reencaminhados ou reciclados de modo a fazer a manutenção dos campos e da cana existente. Os trabalhadores iam a sacha, limpeza dos campos. Mesmo o plantio da cana continuou. Mas dada a paralisação, a cana produzida não se destinava à produção de açúcar. Era usada para o fabrico de bebidas alcoólicas ou então venda. O dinheiro daí resultante era distribuído aos trabalhadores ou conservado nos cofres da empresa e na medida em que iam surgindo necessidades dos trabalhadores ou da empresa e de acordo com a prioridade, era usado. Com a paralisação, muitos dos sectores da empresa e muitos dos serviços sociais outrora prestados aos trabalhadores e os seus, começaram a funcionar deficientemente. Caso dos hospitais que ficavam sem medicamentos e pessoal suficiente. A alimentação de direito a alguns trabalhadores, ia escasseando. Portanto, o dinheiro produzido daquela actividade, podia ser usado para este destino.¹⁸⁰

Em termos de horas de trabalho, a obrigatoriedade do cumprimento de oito horas diárias deixou de ser implementada. Esta medida foi para permitir que os trabalhadores pudessem desenvolver outras actividades que lhes permitisse minimizar a crise de que estavam sujeitos fruto da paralisação. Com esta medida, alguns trabalhadores com algumas habilidades, caso de mecânicos, electricistas, etc. desenvolveram actividades particulares em beneficio próprio.¹⁸¹

A diversificação da produção foi uma das alternativas buscadas para minimizar a crise da paralisação. A empresa reencaminhou os trabalhadores para produzirem outras culturas diferentes do açúcar. Passaram a produzir arroz, girassol, milho, banana, couve, tomate e outras hortícolas. Estes produtos tinham dois destinos. i) armazenamento na empresa: os trabalhadores interessados podiam requisitar os produtos e depois, eram descontados nos seus salários ou ii) venda destes produtos e a distribuição do dinheiro

¹⁷⁹ Agostinho, 2004

¹⁸⁰ Cocorico, entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁸¹ Cocorico e Matecateca, entrevistados em Marromeu, 2004

aos trabalhadores e mais tarde, descontados nos seus salários. O mesmo acontecia com o gado. Abatiam-se as cabeças de gado e a carne distribuída aos trabalhadores em troca do desconto nos salários. Até a data da privatização existiam cerca de 179 cabeças de gado.¹⁸²

5.3. Fuga e redução do efectivo dos trabalhadores

Após a paralisação a força de trabalho começou a reduzir. Vita¹⁸³ refere que a quando da paralisação (1984) a força de trabalho rondava os 13.600. Considerando os dados apresentados por Rosse,¹⁸⁴ até 1986 este número não reduziu. Até 16 de Janeiro daquele ano existiam na empresa cerca de 13.600. Segundo os dados da SSE¹⁸⁵ o número passou de 13.600 em 1984 para cerca de 6000 em 1986. Esta divergência acentuada resulta do facto de os dados do SSE considerarem somente os trabalhadores efectivos, enquanto que Rosse, considera também os sazonais e eventuais. A considerar só o número dos sazonais, apresentados por Rosse, a variação reduz-se consideravelmente. No entanto a diferença de números ainda se mantém. A prevalência da diferença pode-se explicar pelo facto de o ano de 1986 ser também o da ocupação. Ocupação esta que resultou na destruição de uma boa parte da documentação estatística dos trabalhadores: não só, como também na obstrução do controlo do efectivo dos trabalhadores, perdendo-se assim a noção do número de trabalhadores existentes na data.

A ocupação reduziu ainda mais a força de trabalho. Dos (13.600 ou 6000) trabalhadores existentes em 1986 (segundo Rosse e SSE respectivamente), o número passou para 3600 depois da desocupação. Muitos trabalhadores abandonaram o distrito refugiando-se em Chinde, Quelimane, Beira e até Maputo. Alguns trabalhadores passaram a desenvolver as suas actividades noutras empresas açucareiras, não paralisadas até então, caso da Companhia de Búzi. Outros trabalhadores morreram durante o processo de ataque e ocupação e uns ficaram cativos das forças da Renamo. Em 1989

¹⁸² INA, [s.d.]:1; Cabral, entrevistado em Marromeu, 2004; SSE, 1989:6; Cocorico, entrevistado em Marromeu, 2004; Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004; Joaquina, 1997; Cocorico, entrevista em Marromeu, 2004

¹⁸³ Entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁸⁴ Entrevistado em Marromeu, 2004

¹⁸⁵ 1989:6

contavam-se 3321 trabalhadores. Em 1991 o número passou para 1800 trabalhadores efectivos e 700 sazonais.¹⁸⁶

Segundo INA,¹⁸⁷ em 1993, a SSE-Marromeu tinha um total de 10.800 trabalhadores, dos quais 6.500 efectivos e 3.500 sazonais. Estes dados se confrontados não são compatíveis. A soma de número de trabalhadores efectivos e sazonais de acordo com os dados da fonte não totalizam 10.800, mas sim 1000. Mesmo assim esta estatística não é muito credível.

Este número era normal quando a empresa estivesse em pleno funcionamento. No entanto, em 1993, nove anos após a paralisação e sete após a ocupação, sem perspectivas de recuperação da crise e com problemas salariais a agravarem-se torna-se difícil crer que o número de trabalhadores aumentasse. Portanto, se em 1989 a empresa contava com 3321 trabalhadores, este número dificilmente aumentaria para 10000, a considerar o conjunto de condições desfavoráveis supracitadas. Pelo contrário, a tendência da força de trabalho era decrescente. Assim, em 1997 a empresa tinha entre 1195 a 1.516 trabalhadores no activo. Segundo INA¹⁸⁸ e Joaquim,¹⁸⁹ neste mesmo ano, a empresa cumprindo o despacho de 26 de Setembro de 1997, reformou 21 trabalhadores e desvinculou outros¹⁹⁰

5.4. Degradação dos direitos e obrigações dos trabalhadores

Várias interpretações existem sobre a continuidade ou não da prestação dos serviços sociais e económicos da empresa para os trabalhadores e do cumprimento dos deveres dos trabalhadores para com a empresa. Segundo Rosse¹⁹¹ após a paralisação, os trabalhadores permaneceram nas suas casas, com direito a salários embora com atrasos. Os trabalhadores eram considerados como parte integrante da população, sem nenhuma diferença, uma vez que praticamente desempregado. Chegaram até a beneficiar do apoio da Fundação Contra Fome, para sustentar as suas necessidades alimentícias. No entanto, esta posição contrasta com a ideia segundo a qual, os trabalhadores efectivos já não foram

¹⁸⁶ 1991:1

¹⁸⁷ 1993

¹⁸⁸ 1997:2

¹⁸⁹ 1997

¹⁹⁰ Esta informação foi extraída de uma carta escrita em 1997 por Gomes, trabalhador da ex-SSE Marromeu e Mesa, entrevistado em Marromeu, 2004.

¹⁹¹ Entrevistado em Marromeu, 2004

despedidos, ii) continuaram na empresa e houve a ideia da diversificação da produção, isto é, os trabalhadores passaram a produzir, para além da cana que permaneceu até 1989, arroz, girassol, milho, couve, iii) diminuiu-se as horas de trabalho diárias dos trabalhadores para lhes permitir o desenvolvimento de outras actividades que permitisse a diminuição da crise, resultante da paralisação. Portanto, a considerar estes aspectos, a ideia de que os trabalhadores permaneceram nas suas casas, sem trabalhar e a receber os salários (embora com atrasos), não se encaixa.

Fontes referem que os trabalhadores continuaram na empresa após a paralisação, fazendo principalmente a manutenção dos campos. Os trabalhadores efectivos até então foram reencaminhados de modo a desenvolverem actividades nos campos (pois esta parte da empresa não ficou paralisada de imediato). No entanto, o cenário mudou quando a fábrica foi atacada em Janeiro de 1986. Muitos trabalhadores abandonaram a empresa, ficando um número quase que insignificante.

Os direitos dos trabalhadores, vão se degradando paralelamente a crise de produção. Portanto, nesta altura, alguns dos serviços sociais prestados pela empresa já iam gradualmente desfalecendo. No entanto, o seu desfalecimento não é nem de longe comparável ao período pós - paralisação. Os direitos e obrigações dos trabalhadores mantiveram-se literalmente. Na prática não era possível cumpri-los na totalidade nem por parte da empresa e nem dos trabalhadores, respectivamente devido a escassez de recursos que caracterizou o período da paralisação.¹⁹²

Segundo a carta de Joaquim¹⁹³ a empresa era responsável pelo ensino e educação de alguns trabalhadores e os seus filhos. No entanto, na altura da paralisação, como a empresa não dispunha de fundos para a continuidade de prestação desses serviços sociais, os trabalhadores perderam este direito. Mesmo os descontos já não eram efectuados. Isto porque os salários eram insignificantes para o efeito. Os trabalhadores ficam com salários atrasados e sem muitos direitos sociais.

Até 1991 na empresa existiam 12 postos de socorro em funcionamento eficiente. Para servir todos os postos existiam 5 agentes polivalentes, 8 socorristas e 2 monitores de

¹⁹² Cabral e Matecateca, entrevistados em Marromeu, 2004

¹⁹³ Escrita em 1997

higiene e segurança no trabalho. Embora a funcionar, estes postos estavam com défices de medicamentos e de pessoal.¹⁹⁴

A crise da empresa tendia a agravar-se. Aos 27 de Maio de 1996 o Director Geral da SSE (Francisco Zeca) deu um despacho referindo que pelo esgotamento de fundos da empresa, decidiu-se i) a suspensão de pedidos de fundos a delegação da Beira, ii) cada delegação e unidade de produção passaria a arranjar meios próprios para fundo de maneiio e custear as suas despesas e iii) o controlo e contenção das despesas.¹⁹⁵

Segundo Chicalia¹⁹⁶ porque a instalação da indústria obrigou a prestação de serviços sociais, a quando da paralisação, os trabalhadores ficaram sem os serviços sociais, nomeadamente o acesso a assistência médica, educação para os seus educandos e financiamento de algumas actividades recreativas. Os trabalhadores ficaram em pregados e no fim do mês os seus salários iam contando. O estado também não podia dispensá-los porque isto implicava o pagamento de indemnizações, dever que o estado na altura não estava preparado para cumprir.¹⁹⁷

5.5. Indemnização, Salários deficientes e greves

Após a paralisação, alguns trabalhadores foram atingindo a idade de reforma, que segundo Cardoso¹⁹⁸ era 60 anos para homens e 55 para mulheres. Nos termos da lei de trabalho de então, estes trabalhadores, tendo-se mantido efectivos na empresa até à data, tinham direito a reforma. Este processo de reforma ocorreu de forma deficiente. Isto porque i) com a paralisação e depois ocupação (1986) a maior parte dos documentos da empresa, registo dos trabalhadores perdeu-se, ii) com a ocupação, muitos trabalhadores abandonaram a empresa e outros foram raptados. Apesar de a direcção da empresa ter emitido uma circular depois da desocupação, que apelava ao regresso dos trabalhadores que abandonaram, estes não foram a tempo de efectua-lo. Muitos dos trabalhadores só regressaram nas vésperas ou depois da privatização. A estes trabalhadores, a empresa considerou-os de abandono. Era considerado de abandono também o trabalhador que estando no distrito, ficasse mais de 15 dias sem comparecer na empresa. Isto era muito

¹⁹⁴ SSE, 1989:4

¹⁹⁵ SSE, 1996

¹⁹⁶ Entrevistado em Maputo, 2003.

¹⁹⁷ Entrevistado em Maputo, 2003

¹⁹⁸ 1993, 317

frequente dada a situação da paralisação e a conseqüente deficiência no pagamento dos salários. Os trabalhadores adoptaram estratégias de sobrevivência, fora da empresa. Assim, no lugar de irem a empresa, optavam por trabalhar a título próprio.¹⁹⁹ Segundo uma entrevista em grupo, os trabalhadores referiram:

“ Na situação de crise, nos preferimos desenvolver *mphakamiso*²⁰⁰ para conseguir comer e educar nossos filhos.”

A empresa não indemnizou os trabalhadores que, segundo a direcção, abandonaram-na. Não só, mesmo os que não abandonaram, a empresa já não tinha a noção exacta dos trabalhadores efectivos a indemnizar, dada a deficiência de registos, fruto da paralisação e da ocupação.²⁰¹

A indemnização ocorreu em fases. Segundo Cabral²⁰² a primeira foi em 1997 e a segunda em 1998. Para Agostinho²⁰³ foi nas vésperas da privatização que a indemnização ocorreu. Rosse²⁰⁴ apresenta datas distantes das de Cabral e Agostinho. Concorda que esta ocorreu por fases mas para ele a ordem de datas foi 1994, 1996, 1997 e 1998 sucessivamente.

Abrangidos pela indemnização estavam também os trabalhadores que morreram em combate na tentativa de proteger a empresa dos ataques da Renamo. Como se verificou, com o ataque, parte dos trabalhadores fora treinada e transformada em milícia para defender a empresa. Alguns destes morreram neste processo. A estes a empresa devia indemnização, uma vez chegada à idade de reforma, e ainda a pensão de sangue. Para estes casos a reforma era paga até que o filho mais novo atingisse a idade de 18-21 no nível médio ou superior. Caso isso não ocorresse, a pensão era cancelada de acordo com a lei, enquanto que a pensão de sangue era paga durante 6 meses.²⁰⁵

A empresa parada chegou a uma fase de saturação, em que se tornou insuportável o pagamento regular dos salários dos trabalhadores. Por vezes os trabalhadores recebiam somente 70% dos seus salários por mês, ii) eram irregulares, isto é, ficavam meses sem

¹⁹⁹ Rosse, 2004

²⁰⁰ Este termo é usado para designar actividades não formais que um individuo desenvolve como alternativa a uma situação de crise de sobrevivência.

²⁰¹ Mesa, entrevistado em Marromeu, 2004

²⁰² Entrevistado em Marrmeu, 2004

²⁰³ Entrevistado em Marromeu, 2004

²⁰⁴ Entrevistado em Marromeu, 2004

²⁰⁵ Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004

salários e quando vinha, não era de todos os meses em atraso. Os trabalhadores chegaram a ficar cerca de 19 meses sem salário.²⁰⁶

Segundo Joaquim²⁰⁷ as deficiências no pagamento de salários começam em 1991. Na tentativa de minimizar os problemas de atrasos salariais, foi negociado com a sociedade Alcântara i) o redimensionamento da força de trabalho no activo. Assim, passaria de 2229 para 1346, ii) pagamento dos salários atrasados (no valor de 738.457.229,00MT) a todos os trabalhadores a dispensar num número de 883, iii) eliminação definitiva de trabalhadores reformados em número de 923 contra o pagamento de pensões atrasados e um valor correspondente a 12 meses num montante total de 364.468.469,00MT.²⁰⁸ A venda de sucatas foi outra alternativa. Esta ideia veio a gerar controvérsias já nas vésperas da privatização. Isto porque segundo o jornalista Bento,²⁰⁹ Francisco Jó, então director da empresa estava a vender material novo no lugar de sucatas. Segundo Machado²¹⁰ os responsáveis pela empresa na altura da paralisação aproveitaram-se da ideia para desviar os bens da empresa em utilidade própria nas suas machambas, alegando que a máquina estivesse a venda.

A empresa tentou ainda sobreviver por meio de prestação de serviços. Recuperou uma embarcação de 3 toneladas e era alugada para quem necessitasse para utilização ao longo do rio Zambeze.²¹¹ Não obstante os esforços, a empresa esteve longe de satisfazer a problemática dos salários. Até 1997 ainda possuía cerca de 1.516 trabalhadores no activo e mais de 1000 pensionistas. A estes devia e previa-se a subida da dívida para 13,8 milhões de contos até 31 de Julho de 1997.²¹² No mesmo ano a empresa enfrentava o problema da aplicação do salário mínimo e pagamento dos respectivos retroactivos.²¹³ Não obstante negociações feitas e as alternativas adoptadas para resolver o problema dos salários e das indemnizações, a empresa esteve longe de satisfazê-los. Até 1998 os problemas persistiam. As dívidas eram as seguintes: salários de 1996 eram 5.632.866.235,00Mt, salários de Janeiro - Junho de 1997 eram 3.154.691.758,00Mt.

²⁰⁶ Coconco, entrevistado em Marromeu, 2004; Matecateca, entrevistado em Marromeu, 2004; S. S. 1989:7

²⁰⁷ Trata-se de uma carta escrita em 1997

²⁰⁸ INA, 1993

²⁰⁹ Este foi um jornalista que escreveu esta Reportagem encontrada entre os documentos do SIN - IV. Não foi possível identificar a data e nem a identidade do jornal.

²¹⁰ Entrevistado na Beira, 2004

²¹¹ Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004

²¹² INA, 1997:2

²¹³ Joaquim, 1997

retroactivos de 1991, 1992 e 1995 eram de 7.913.902.679,00Mt, reformas de 1995 - 1997 eram de 2.369.187.412,00Mt.

Em 1998 os custos totais das dispensas, com salários, pensões, reformas e indemnizações rondavam os 2.2 milhões USD, do qual 1 milhão o tesouro pagou.²¹⁴ Como resposta ao processo de privatização, foi ainda negociado com o banco Mundial, um empréstimo para saldar as dívidas que a empresa tinha com os trabalhadores. Mas de acordo com INA²¹⁵ até finais de Abril de 1999 o Banco Mundial ainda não tinha pago 1.200.000 USD, valor que seria usado para aquele fim. Até Outubro de 1999 o estado pagou indemnizações a mais de 400 trabalhadores, faltando outros 200. Pagou também salários atrasados aos 300 trabalhadores que transitaram.²¹⁶

Devido aos atrasos constantes nos salários, os trabalhadores contraíram dívidas a empresa, em géneros ou numerário. A empresa descontava os trabalhadores na medida em que os salários iam chegando, como atesta uma carta escrita no dia 30 de Outubro de 1997 para o então Director Geral, contendo uma lista de trabalhadores que sofreram desconto salarial (dela constavam os nomes de João Minisso, Cufa Fulando).²¹⁷ Este processo de descontos mais tarde veio a gerar controvérsias nos sistemas de descontos usados. Segundo a reportagem de Bento²¹⁸ citando o então governador da província de Sofala Felisberto Tomás, a confusão que existia entre os trabalhadores e a direcção da empresa, nas vésperas da privatização, devia-se ao facto de os trabalhadores recusarem-se aos descontos para o pagamento das dívidas contraídas. Ainda na reportagem de Bento refere-se que os trabalhadores ainda não tinham começado a auferir o salário mínimo já aprovado de 318.000 Mts.

Estas divergências entre trabalhadores e empresa resultantes de salários atrasados, não aplicação do salário mínimo, não pagamento dos retroactivos, indemnizações e pensões vieram a desembocar em algumas greves ou então, ameaças de greves ocorridas em 1994, 1996 e mesmo após a privatização.²¹⁹ Segundo uma carta do Chefe dos Recursos Humanos da Companhia de Sena, em 1999 e 2000 houve greve dos

²¹⁴ INA, 1999:5,6

²¹⁵ 1999:7

²¹⁶ 1999:5

²¹⁷ João Jr., 1997. Este foi o autor da carta. Na altura era trabalhador da empresa.

²¹⁸ Já citado

²¹⁹ Cabral, entrevistado em Marroneu, 2004; Joaquim, 1997; INA, 1999:5

trabalhadores reintegrados. As principais reivindicações dos trabalhadores eram aumento salarial e a redução de horas de trabalho.²²⁰

Uma carta dum dos membros do sindicato referia que a quando da paralisação da produção, havia problemas de atraso salarial. Depois da privatização a nova gestão e o estado passaram a dever aos trabalhadores os salários em atraso, indemnização e pensões de reforma dos desvinculados. O compromisso assumido pelo estado e nova gestão do pagamento das suas obrigações não foi cumprido. Este foi um dos motivos que conduziu a greve.²²¹ Em 1995 houve uma ameaça de marcha para reivindicação. Em 12 de Dezembro de 1996 houve comunicação de uma greve a ser efectuada no dia 30 do mesmo mês.²²² Em 1991 houve uma manifestação que culminou com a paralisação das actividades.²²³

5.6. Privatização, desvinculação, reforma, transição e diferença de tratamentos

A privatização da empresa foi fruto do acordo entre o estado e a Societe Marroneu. Para o estado tornou-se insuportável a manutenção da gestão da empresa nas condições em que se encontrava. A empresa estava altamente endividada com os trabalhadores e o estado. Para avançar a privatização, o estado decidiu i) que dos 1195 trabalhadores existentes até 1997, 258 seriam despedidos e pagos os seus 24 meses de salários em atraso e as indemnizações, ii) os restantes 937 receberiam 5 meses de salários atrasados, iii) destes seleccionar-se-iam 300, tendo em conta a dedicação, idade, competência e função, para transitar a nova sociedade e iv) dos 300 a transitarem, negociar-se-ia férias sem vencimentos para estancar o crescimento da dívida e o não pagamento imediato das indemnizações.²²⁴

Aos pensionistas, devia-se i) pagar 21 meses de pensões em atraso, saldando-se assim a dívida com os reformados até 31 de Dezembro de 1997, ii) negociar o pagamento único de 5 anos de reforma, o que implicaria o desvinculamento automatico dos

²²⁰ Esta informação foi retirada dum fax da Companhia de Sena do dia 17 de Fevereiro de 2000

²²¹ Informação retirada dum carta dum dos membros do sindicato.

²²² Joaquim, 1996; Joaquim, 1995

²²³ SSE, 1991:3

²²⁴ Joaquim, 1997; Companhia de Sena, [s.d.]

pensionistas e iii) negociar com os reformados a suspensão de contagem dos meses de reforma.²²⁵

Assim, transitaram para a nova sociedade cerca de 300 trabalhadores para Marromeu e Luabo e dos 300, aproximadamente 168 foram para Marromeu.²²⁶ Em entrevistas com o grupo dos 168 trabalhadores percebeu-se que reclamam da diferença de tratamentos em relação aos outros (estrangeiros, zimbabwuanos, sul africanos e mauricianos e nacionais que não foram trabalhadores da extinta SSE-Marroneu). Esta diferença de tratamento lhes desfavorece. Segundo Cocorico e Mesa²²⁷ antigamente os trabalhadores gozavam de direito à assistência médica-sanitária, transporte, alimentação para campo, educação para os filhos e habitação. Estes direitos já não existem. A eles foi-lhes atribuído um bairro sem energia eléctrica e canalização de água, designado *maeurungo*²²⁸. Os seus salários já não sobem de acordo com os anos de trabalho²²⁹, são inferiores relativamente aos dos outros funcionários estrangeiros e nacionais e ainda dos antigos indemnizados e que voltaram a ser admitidos. Queixam-se ainda de falta de oportunidades para demonstração das suas habilidades profissionais. Para eles esta atitude é uma estratégia dos actuais proprietários para mante-los sempre em categorias inferiores. Há despedimentos arbitrários e perseguição aos antigos trabalhadores. Segundo Cocorico²³⁰ até a data da entrevista foram despedidos cerca de 20 trabalhadores em desacordo com a lei de trabalho. Rosse²³¹ refere que dos 168 que transitaram para a nova sociedade perto de 36 já não trabalham. A maior parte dos quais foi despedida num espaço de tempo curto.

Os trabalhadores referem ainda que a nova sociedade não tem cumprido com os acordos da privatização e o estado tem culpa nisto, na medida em que não fiscaliza o cumprimento da lei, preocupando-se somente com a parte económica, em detrimento dos interesses dos trabalhadores nacionais. Na entrevista com Cocorico²³² fez menção a uma

²²⁵ Joaquim, 1997

²²⁶ Rosse, entrevistado em Marromeu, 2004

²²⁷ Entrevistados em Marromeu, 2004

²²⁸ Esta situação foi possível constatar por meio do trabalho de campo. Foram feitas visitas constantes, em períodos do dia diferentes para apurar a veracidade da informação.

²²⁹ Cocorico, entrevistado em Marromeu, 2004

²³⁰ Entrevistado em Marromeu, 2004

²³¹ Entrevistado em Marromeu, 2004

²³² Entrevistado em Marromeu, 2004

das visitas do Presidente da Republica, Joaquim Alberto Chissano, onde num encontro onde os trabalhadores expuseram as suas preocupações o Presidente respondeu:

“ O que vocês queriam que o estado fizesse? Que não privatizasse a empresa? Porquê que vocês não produziram durante o tempo todo que a empresa esteve parara? Isso foi bom porque a privatização trouxe emprego no distrito.”

Segundo Cocorico, Cabral, Matecateca, Agostinho²³³ e SINTIA²³⁴ na privatização acordou-se i) indemnização e desvinculamento dalguns trabalhadores, ii) a transição dos 300, a pedido da nova sociedade e em troca da não indemnização imediata. Aos 300 foi-lhes prometido a manutenção dos seus direitos e o pagamento posterior da indemnização. Mas hoje, a actual direcção i) eliminou o antigo quadro de pessoal e criou um novo que atribui cerca de 75% dos cargos de chefia aos estrangeiros, ii) estabeleceu uma tabela salarial que de certa forma inferioriza os antigos, havendo um fosso enorme entre os estrangeiros, os novos e os que transitaram, prejudicando estes últimos, iii) dificulta o acesso a novas tecnologias.

Segundo as declarações do Cocorico:

“Chegou-se a fase de os trabalhadores que transitaram ficarem com salários históricos. Era reduzida a categoria dos trabalhadores antigos de S para X. Para que os seus salários subissem tinham que esperar que o salário da categoria X chegasse a S. Isto leva cerca de 2 a 3 anos”.

Para Cabral²³⁵ Uma das coisas que mudou na actual Companhia a desfavor dos antigos, é a categorização dos trabalhadores. Antigamente fazia-se de acordo com as funções. No caso dos cozedores de açúcar, existiam cozedores da primeira, segunda, terceira sucessivamente de acordo com as habilidades e os salários também variavam de acordo com estas classificações. Hoje esta classificação só existe para os trabalhadores estrangeiros.

²³³ Trabalhadores da ex-SSE-Marromeu, entrevistados em Marromeu, 2004

²³⁴ 2000

²³⁵ Entrevistado em Marromeu, 2004

5.7. O papel do SINTIA, da intervenção à privatização

De acordo com Munguambe²³⁶ o SINTIA surgiu em 1989. De acordo com os seus estatutos, o sindicato comprometia-se a defender os interesses dos trabalhadores

De acordo com os dados acima apresentados, o sindicato surge numa altura crucial. A empresa já estava paralisada. Portanto, os trabalhadores enfrentavam vários problemas e o surgimento do sindicato vem a constituir para eles uma esperança. O estado eliminara a categoria de trabalhador sazonal e decidira passar a efectivo todos os trabalhadores com mais de um ano na empresa naquela condição. Portanto daí surgiram dificuldades de identificar os trabalhadores sazonais e de definir os seus anos de trabalho na empresa. O sistema de registos dos trabalhadores na empresa era deficiente. Assim, existiam trabalhadores dentro dos critérios para integração como sazonal, mas não registados como tal. O contrario também ocorria. Assim, muitos trabalhadores acharam-se injustiçados pela medida.²³⁷

Em Dezembro de 1983 a Secretaria do Estado do Trabalho emitiu um documento designado Medidas Transitórias de Segurança Social²³⁸. Daí também surgira outro problema de registos, enquanto o problema da transição de sazonal a efectivo ainda persistia. A medida de 1983 era restrita aos efectivos. Nessa altura ainda não estava bem claro sobre quem era ou não efectivo, para o caso dos que antes eram considerados sazonais. 1983 foi o ano antecedente a paralisação, portanto, a crise de produção estava a um ano da saturação. Esta situação tornava difícil o cumprimento das obrigações da empresa para com os trabalhadores.

Citando Juliase²³⁹ aquando da ocupação, a empresa emitira um despacho segundo o qual todo aquele trabalhador que abandonara o distrito e a empresa, tinha a obrigação de registar-se no sindicato ou numa delegação do local para onde refugiara-se. Caso não houvesse uma daquelas representações, o trabalhador devia contactar o Ministério de Trabalho ou as suas direcções provinciais ou distritais conforme o caso. Após a desocupação, a empresa emitiu um outro despacho que apelava ao regresso de todos os trabalhadores para a empresa, caso não o fizessem.

²³⁶ Entrevistado em Maputo.2003

²³⁷ Cocorico, entrevistado em Marromeu.2004, Ventura, entrevistado em Marromeu.2004

²³⁸ Cardoso.1993:317

²³⁹ Entrevistado na Beira.2004

seria considerado de abandono. Foram poucos os que responderam positivamente ao apelo.

Segundo Joaquim²⁴⁰ a partir de 1991 começou o problema de pagamento de salários. Os trabalhadores não recebiam a tempo, passaram a receber com atrasos de meses, chegando a ficar 19 meses sem salários de acordo com Cocoric e Matecateca.²⁴¹

O sindicato devia mediar todos estes conflitos trabalhador- empresa resultantes da paralisação e com tendência a gravar. Assim, nas vésperas da reabilitação da fábrica, o sindicato entrou em confrontos com a Direcção da empresa chefiada por Francisco Jozefo Jo. O sindicato defendia que a direcção estava violando os compromissos assumidos para com os trabalhadores e a direcção acusava o sindicato de querer mandar na empresa.²⁴² A quando da negociação para a privatização o sindicato, assim como o estado defenderam a prior a indemnização de todos os trabalhadores e caso a nova sociedade quisesse empregar alguns antigos trabalhadores, far-se-ia um novo contrato de acordo com os termos da nova sociedade. A nova sociedade preferia a transição automática dum grupo de 300 trabalhadores da antiga SSE. Depois de muita discussão, a posição da nova sociedade é que foi aceite. A posição do sindicato foi rejeitada, fracassou.²⁴³

O sindicato enfrentava dificuldades enormes na prossecução dos seus objectivos, como representantes e defensores da causa dos trabalhadores, isto porque, primeiro a empresa estava em crise generalizada. Portanto, sempre que o sindicato tentasse resolver algum conflito trabalhador-empresa a desfavor do primeiro, a direcção da empresa justificava-se baseando-se na paralisação: "os trabalhadores não produzem, o estado esta sem dinheiro para satisfazer os direitos dos trabalhadores, mesmo porque, os trabalhadores já não trabalham 8 horas diárias de acordo com alci". Segundo porque a estrutura funcional do sindicato era extremamente deficiente. O sindicato não tinha um controle do efectivo dos trabalhadores e muitas das vezes, os representantes do sindicato, estavam ligados

²⁴⁰ 1997

²⁴¹ Entrevistado em Marromeu, 2004

²⁴² Bento, um repórter do jornal Notícias, cuja a identidade não foi possível recuperar.

²⁴³ Ministério do Plano e Finanças, 1998:7, Munguambe, entrevistado, 27.11.03

ao poder político, portanto, ao estado, que era a proprietária da empresa (antes da privatização). Tornava-se difícil para o sindicato exigir a satisfação completa dos direitos dos trabalhadores, uma vez conscientes da situação da crise e ainda sendo composto por membros do partido único na altura.

Fracassada a tentativa do sindicato para a resolução dos conflitos laborais, os trabalhadores recorriam a greves, usando o sindicato só para comunicar e oficializar a reivindicação.

5.8. Da privatização ao fim da paralisação

O funcionamento do SINTIA já vinha deficiente desde a sua criação e início das actividades para a unidade de produção de Marromeu. Depois da privatização não houve mudanças significativas, embora trabalhadores como Coóricico²⁴⁴ refiram que o sindicato tem conseguido de certa forma minimizar os males dos trabalhadores.

Após a privatização, parte dos membros do sindicato transitaram para a nova sociedade e foram entregues alguns cargos de Chefia. Um exemplo claro é do secretário do sindicato em Marromeu, Alberto Joaquim. Este é simultaneamente secretário do sindicato e funcionário da Companhia de Sena. Numa entrevista chegou a reconhecer a dificuldade que encara na tentativa de resolução dos diferendos trabalhadores empresa, resultante de i) os actuais patrões não darem ouvidos nem margem de expressão ao sindicato e ii) pelo facto de tentar salvaguardar os seus interesses, que são de certa forma postos em causa, dado o facto de também ser funcionário da empresa.

A ideia de que o deficiente funcionamento do sindicato resulta do facto da dupla função que os sindicalistas tem, é partilhada por maior parte dos trabalhadores. É exactamente este pormenor que tem vindo a desacreditar o papel do sindicato. Hoje, os trabalhadores chegam a não apresentar os seus diferendos ao sindicato. Até porque muitos deles chegaram a fazer notar que:

“O secretário do sindicato passa mais tempo nos escritórios da empresa do que nos do sindicato. Nos escritórios da empresa tem acondicionado, enquanto que no do sindicato é um contentor que parece um forno.”

Um dos problemas que veio do período da SSE-Marromeu e que o sindicato não conseguiu resolver é o do aumento salarial.

²⁴⁴ Entrevistado em Marromeu, 2004

Curriculum

IDENTIFICAÇÃO

Apelido: Quembo

Nome: Carlos Domingos

Estado Civil: Solteiro

Data de Nascimento: 16 de Abril de 1979

Local: Beira

Filiação: Pita Domingos Quembo e de Adesta Waite

FORMAÇÃO ACADÉMICA

2004: 5º ano do curso de História – Universidade Eduardo Mondlane

1998: 12ª classe- Escola Pré- Universitária Samora Moisés Machel - Beira

1996: 10ª classe - Escola Secundária Samora Moisés Machel - Beira

1993: 7ª classe - Escola Primária do 2º Grau Mateus Sansão Mutemba - Beira

1990: 5ª classe - Escola Primária do 1º Grau Mateus Sansão Mutemba - Beira

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2001-2003: Monitor da disciplina de Economia Política na Universidade Eduardo Mondlane.

2000-2002: Análise e comentário de relatórios e propostas de projecto de investigação na Unidade de Ciências Sociais e Sistemas de Saúde da UEM.

2002: Elaboração de cartas, relatórios, certificados de participação, propostas de projecto de pesquisa na Unidade de Ciências Sociais e Sistemas de Saúde da UEM.

2002: Triagem e inventariação dos documentos correspondentes a 25 anos de actividade do Banco de Moçambique.

2001: Digitação de inquéritos nos pacotes SPSS e EpiData na Unidade de Ciências Sociais e Sistemas de Saúde da Universidade Eduardo Mondlane.

2001: Aplicação de inquéritos nos bairros Central, Sommerschild e Mavalane A e B, no âmbito do projecto Fármacos CT 980347

PARTICIPACÕES

2003: Seminário: Migrações transfronteiriças e o seu impacto social.

2002: Workshop sob o tema : *Mercado de títulos de terra em Moçambique* : Problemas e soluções.

2002: Apresentação de resultados preliminares sobre o novo curso de História da UEM.

2000-2002: Reunião do Conselho de Direcção e de Administração da Faculdade de Letras da UEM para :

- Analisar o impacto da reforma curricular na estrutura orgânica da Faculdade - 13 de Agosto de 2001.

2002: Seminário : Decreto 15/2000 e o seu impacto na relação entre o poder tradicional e estatal.

2002: Seminário : Liderança e gestão de organizações/associações voluntárias.

2002: Seminário: Reflexões sobre o voluntariado em Moçambique.

LÍNGUAS

Língua	Fala	Escrita
Português	Excelente	Excelente
Inglês	Bom	Bom
Francês	Razoável	Razoável
Sena	Fluente	Razoável
Ndau	Razoável	Razoável

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Membro do Círculo de Interesse de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane (CIARQ).

Membro da SASVO – Organização dos Estudantes Voluntários da África Austral.

Membro do CNAIV- Comité Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado.

CONTACTO

Morada : Bairro da Sommershield, Av. Mao Tse Tung, 889

Contacto: 082402227

E-mail: equembo@yahoo.com.br

6. Considerações finais

O objectivo deste trabalho é discutir as causas da paralisação da SSE Marroneu e o seu impacto para os trabalhadores até então na empresa. Assim, feito o estudo podem-se considerar alguns aspectos:

A paralisação da empresa deve ser vista como um processo gradual. Foi resultado da redução gradual da produção desde 1973, culminando com a paralisação definitiva em 1984. Esta redução não foi linear. Houve temporárias recuperações de 1974 a 1975 e de 1980 a 1981. Portanto estas recuperações estavam aquém da cifra mais alta (77.834 toneladas de açúcar) produzida desde o início e muito ainda da capacidade instalada.

A paralisação não foi unicausal. Ela deve ser vista como resultado de uma conjugação de vários factores em diferentes momentos. Já nas vésperas da independência a empresa foi vítima do abandono de técnicos e nas vésperas da intervenção, uma sabotagem. A intervenção visava reverter este cenário. Mas na altura o governo não dispunha de capital humano e financeiro suficiente para o efeito. Não obstante, fez importantes investimentos na empresa, antes e depois do intervencionismo. Mas estes foram reduzidos ao fracasso devido a eclosão da guerra na província de Sofala. Assim, pode-se considerar que o desinvestimento e a fuga de técnicos nas vésperas da independência só conduziram a paralisação porque o governo ao intervencionar, apesar de o desejar, não foi à altura de cobrir o défice. Para o governo foi impossível cobrir o défice devido a insurgência que ataca e enfraquece o sistema de transportes de *inputs* e de escoamento de produtos. Mas também os investimentos feitos pelo estado no início de oitenta constituíam somas altas em relação às capacidades financeiras, mas por outro lado mostravam o seu cometimento na resolução de problemas de produção. Só conjugados, estes diferentes factores podem explicar a paralisação. Torna-se necessário referir que podem ser considerados aspectos que conduziram a paralisação, não referidos aqui.

O impacto da paralisação deve ser entendido tendo em conta as diferentes categorias de trabalhadores e as ligações que daí advinham. Considerar também que a SSE-Marroneu é a maior produtora de açúcar no país é que na fase de transição estava em vias de expansão. Isto implicava o recrutamento de muitos trabalhadores. Com a paralisação, as expectativas mudaram. Os trabalhadores sazonais e eventuais, foram imediatamente dispensados. Isto porque os seus contratos só explicavam-se na medida

em que houvesse a produção de açúcar. Com a paralisação, estes trabalhadores tornaram-se dispensáveis. Os trabalhadores efectivos não foram dispensados. Porque a dispensa implicava o pagamento de indemnizações e a empresa na altura não podia responder à esta obrigação. Estes trabalhadores permaneceram na empresa em condições difíceis porque a empresa em crise e sem produzir, satisfazia os seus direitos deficientemente.

utilizadas

Entrevistas e depoimentos

- Agostinho, João Germano.** Trabalhador da ex- SSE Marrromeu desde 1981. 21.01.2004. Marrromeu. Chefe do Departamento de Exploração da Cana.
- Alexo, Meque M.** Trabalhador da ex- SSE Marrromeu desde 1981. 23.01.04. Marrromeu. Direcção dos Recursos Humanos.
- Cabral, Marcelino.** Trabalhador da ex- SSE Marrromeu desde 1976. 18.01.2004. Marrromeu.
- Chicalia, Abel R.** Director executivo da APAMO. 26.11.03. Maputo
- Cocorico, Pedro José.** Trabalhador da ex- SSE Marrromeu desde 1970. 17.01.2004. Escriturário. Marrromeu
- Gomes, José Rosse.** Trabalhador da ex- SSE Marrromeu desde 1971. 22.01.04. Director dos Recursos Humanos. Marrromeu
- Machado.** Trabalhador da ex-SSE Marrromeu desde 1954. 09.01.04. Inspector dos acampamentos. Beira
- Matecateca, José Filipe.** Trabalhador da ex-SSE Marrromeu. 18.01.2004. Marrromeu
- Mesa, Rafael.** Trabalhador da ex- SSE Luabo desde 1981. 17.01.2004. Técnico de campo. Marrromeu
- Munguambe, Alexandre Cândido.** Secretário - Geral do SINTIA. 27.11.03. Maputo
- Rosário, Amélia do.** Coordenadora da COMUTRA. 14.01.04. Beira
- Ventura.** Trabalhador da ex-SSE Marrromeu desde 1977. 26.01.04. Motorista. Marrromeu

Documentos não publicados

- Administração do Distrito de Marrromeu.** *Alguns dados históricos do distrito de Marrromeu.* Administração de Marrromeu: [s.l.], 2003.
- Associação dos Produtores de Açúcar de Moçambique.** *Mozambique sugar industry memorandum supporting mozambique's request for accession to the sugar protocol annexed to the ACP-EU cottonou partnership agreement.* Maputo: APAMO, 2001.
- Companhia de Sena Marrromeu/Luabo.** *Situação dos 300 trabalhadores da ex- Sena Sugar Estates Marrromeu e Luabo.* 18 de Setembro de 2000.
- Companhia de Sena.** *Brochura da inauguração do complexo de Marrromeu 2001.* Companhia de Sena. [s.d.].
- Culturas alimentares e industriais.** 2003. 7p.
- Frelimo.** *Programa e estatutos: documentos do 3º congresso da Frelimo.* [s.l.]: [s.d.].
- Gaspar, António.** 21.02.1997. Marrromeu.
- Gomes, José Rosse.** Director dos Recursos Humanos e Administrativos da SSE. 18.10.1997. Marrromeu
- Governo do território da Companhia de Moçambique.** *Relatório anual da circunscrição de Marrromeu.* 1926, Nº 5253, vol. 1. 98p.
- Instituto Nacional de Açúcar.** *O sub-sector do açúcar em Moçambique - situação actual e perspectivas futuras.* Maputo: INA, 2001.
- Instituto Nacional do Açúcar.** *Balanço das actividades do 3º trimestre de 1999; sector açucareiro.* Maputo: INA, 1999. FS3961 CDA-MADER

- _____. *Balanço das actividades do 1º trimestre de 1999*: sector açucareiro. Maputo: INA, 1999. FS3961 CDA-MADER
- _____. *Balanço de actividades ano de 1998*: sector açucareiro. Maputo: INA, 1999. FS3961 CDA-MADER
- _____. *Força de trabalho - Marromeu*. Maputo: INA, 2002.
- _____. *Informação política e económica dos trabalhadores*. 10.04.1991. Marromeu
- _____. *Informação sobre a situação nas açucareiras de Marromeu e Luabo*. Maputo: [s.d.]
- _____. *O sector do açúcar em Moçambique: situação actual e perspectiva futuras*. Maputo: INA, 2000
- _____. *Produção por empresa - cana, açúcar, melaço (unidade de medida: toneladas)*. Maputo: INA, 2002.
- _____. *Proposta de política e estratégias para o desenvolvimento do sector açucareiro*: resumo executivo. Maputo: INA, 1996. FS3279 CDA-MADER
- _____. *Relatório do CC da Frelimo ao III congresso*. Maputo: Centro de documentação e informação do Banco de Moçambique, 1977.
- _____. *Relatório do Comité Sindical da SSE-Marromeu*. 17.11.1989. Beira
- _____. *Relatório*. Maputo: INA, 1989. 45p.
- _____. *Revitalização da ex- Sena Sugar Estates*. Maputo: INA 1997. 5p
- _____. *Situação actual da produção do açúcar e suas perspectivas*. Maputo: INA, 1993. FS2430 CDA - MADER
- João Jr., Afonso Mário. *Secretário do Comité Sindical da Sena Sugar Estates - Beira*. 30.10.1997. Beira
- Joaquim, A. *Secretário do SINTIA- Marromeu*. 12.02.1997. Marromeu
- Loforte, A. *Apontamentos da cana - de - açúcar*: breve revisão bibliográfica. 1996. pp. 1-18
- Ministério de Agricultura e Pescas. Gabinete do ministro. Maputo. 19 de Junho de 1992
- Ministério do Plano e Finanças. *Reestruturação da SSE*: termos e condições do contrato de construção da nova SSE, SARL, a celebrar por escritura entre Estado Moçambicano e Société Marromeu. [Maputo]: Ministério do Plano e Finanças, 1998.
- SENA SUGAR ESTATES. Gabinete do Director Geral -Marromeu. 27 de Maio de 1996. Francisco José Zeca
- _____. *Acta de reunião*. 06.06.1996. Beira
- _____. *Secretário distrital do SINTIA*. 07.02.1997. Marromeu
- _____. *Secretário distrital do SINTIA*. 12.12.1997. Marromeu
- _____. *Secretário distrital do SINTIA*. 21.12.1995. Marromeu
- _____. *Secretário distrital do SINTIA*. 3.12.1996. Marromeu
- _____. *Secretário distrital do SINTIA*. 13.01.1997. Marromeu

Teses e artigos não publicados

- António, David. *A produção do açúcar no Vale do Incomati c.1950-1980*. 2000. Tese de licenciatura. Universidade Eduardo Mondlane, 2000. HT-81BFL.
- Head, Judith Frances. *States, capital and migrant labour in Zambezia, Mozambique: a study of the labour force of Sena Sugar Estates Limited*. 1980. Thesis submitted in

fulfilment of the requirements for the degree of doctor of philosophy. University of Burban, 1980. CEA- Tese 7

Mandlate, José Cláudio. *A Companhia de Buzi em transição: uma abordagem sobre as transformações no recrutamento de mão de obra e na sua estrutura de produção agrícola da empresa, 1961-1991.* Tese de licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane, 2004.

Nhabinde, Simeão Amosse. *Desestabilização e guerra económica no sistema ferro - portuário de Moçambique, 1980-1992.* 1997. Tese de licenciatura em História, Universidade Eduardo Mondlane, 1997. HT-63BFL

Pereira, João Cândido Graziano. *Comportamento eleitoral no distrito de Marroneu: um estudo de caso.* 1996. Tese de licenciatura em História, Universidade Eduardo Mondlane, 1996. HT-68 BFL

West, Harry George. *Sorcery of construction and sorcery of ruin: power and ambivalence on the Mueda plateau, Mozambique (1882-1994).* UMI, 1997.

Jornais

Bento, Eliseu. Direcção e Comité Sindical estão em "pé de guerra"... e tira-se do envolvimento da oposição política. *Diário de Moçambique*. [1997?]

Cardoso, Carlos. A festa de Luabo e Marroneu. *Tempo*, 20 de Agosto de Agosto de Agosto de 1978. N.º 411. p.24

Com apoio italiano: vai ser reabilitada a linha-férrea Beira-Moatize. *Notícias*, 17 de Julho de 1984. Página Nacional, p.8

Em Marroneu: Sena Sugar Estates preparam campanha açucareira. *Diário de Moçambique*, 20 de Março de 1984. N.º 774, página Nacional, p.4

Gomes, Alves. Cai o monopólio. *Tempo*, 13 de Agosto de 1978. N.º 410. p.18-24

Marroneu: populações recuperam escolas. *Diário de Moçambique*, 12 de Janeiro de 1984. N.º 716. página Nacional, p.3

Ministério de Agricultura em 1977(1): campanha agrícola movimentou mais de 2,5 milhões de contos. *Notícias*, 11 de Janeiro de 1978. Página Nacional, p.2

Livros e artigos

Abrahamsson, Hans. Nilsson, Anders. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992.* Maputo : CEEI-ISRI, 1994. 365p. Cota: K-1089 BFL

AMARAL, Wanda do (comp.). *Guia para apresentação de teses, dissertações, trabalhos de graduação.* 2ª ed. (rev.). Maputo: Livraria Universitária, 1999. 83p.

CARDOSO, Fernando Jorge. *Gestão e desenvolvimento rural: Moçambique no contexto da África sub-sahariana.* Lisboa: Fim de Século Edições, 1993. 359p.

CRAVINHO, João. Frelimo and the politics of agricultural marketing in Mozambique. In *Journal of Southern African Studies*, volume 24, number 1, March 1998, pp 93-113.

Estudos Portugueses. *Portugal e capital multinacional em Moçambique.* Lourenço Marques: Editorial African Studies, 1975. 135p.

Hedges, David (coord.). *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961.* 2 ed. Maputo: Livraria Universitária, 295p.

- Hedges, David. Rocha, Aurélio.** A reestruturação da sociedade moçambicana. 1938-1944. In HEDGES, David (coord.). História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo. 1930-1961. 2ª ed. Maputo: Livraria Universitária, 1999. p. 83-127.
- Hedges, David. Rocha, Aurélio.** Moçambique durante o apogeu do colonialismo português. 1945-1961: a economia e a estrutura social. In HEDGES, David (coord.). História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo. 1930-1961. 2ª ed. Maputo: Livraria Universitária, 1999. p. 129-196.
- Hoile, David.** *Mozambique: a nation in crisis*. Georgia: Claridge Press 1989. 144p.
- PITCHER, M. Anne.** *Transforming Mozambique: the politics of privatization*. 1975-2000. Cambridge: University Press, 2002. 293p.
- QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Van.** *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992. 275p.
- RICHARDSON, Roberto Jarry.** *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999. 334p.
- VAIL, Leroy. WHITE, Landeg.** *Capitalism and colonisation in Mozambique: a study of Quelimane district*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980. 419p.

ANEXO 1: Guião de entrevista

1. Nº ____
2. Nome:
3. Data:
4. Local:
5. Sexo:
6. Ocupação:
7. Início das actividades:

1. Quando é que começou a trabalhar na Sena Sugar Estates?
2. Era trabalhador efectivo ou sazonal?
3. Qual era a tua obrigação e quais eram os seus direitos?
4. Quando a produção do açúcar parou, ainda trabalhava na empresa?
5. Se sim, quais foram as causas da paralisação?
6. O que é que aconteceu com os trabalhadores efectivos
7. O que é que aconteceu com os trabalhadores sazonais eventuais
8. Depois da privatização, o que aconteceu com os trabalhadores?

ANEXO2: Cronologia dos principais acontecimentos

1900: A Sociedade Açucareira da África Oriental Portuguesa fundou a fábrica de Marromeu.

1902: A Açucareira de Marromeu começou a funcionar e a produzir açúcar.

1909: Peter Hornung (proprietário e fundador da Sena Sugar Factory, mais tarde Sena Sugar Estates) assumiu o controlo da fábrica de Marromeu.

1910: A fábrica de Marromeu foi integrada na Sena Sugar Factory.

1911: Peter Hornung assinou um acordo com Paiva de Andrade, que o tornava subarrendatário duma parte das terras da Companhia de Moçambique.

1914: Peter Hornung fundiu todas as suas fábricas (incluindo a de Marromeu) na Sena Sugar Factory.

1920: Peter Hornung fundou a Sena Sugar Estates, deixando assim de existir a Sena Sugar Factory.

1972: A fábrica atingiu a mais alta produção de açúcar até a data. A fábrica produziu cerca de 77.834 toneladas de açúcar.

1973: Marca o início da crise de produção,

1978: O estado moçambicano interveio na gestão da fábrica.

1982: O primeiro ataque da Renamo no distrito, concretamente na localidade de malingapanse.

_____: Fim do regime de trabalhador sazonal e limita-se somente a trabalhadores efectivos.

_____: Destruição da linha de Sena.

1984: Marca a data da paralisação.

1986: As forças da Renamo assumem o controlo da fábrica.

1986, 24 de Janeiro: desocupação da fábrica,

1992: Extinção da Sena Sugar Estates

1996: Início das negociações para a privatização da fábrica de Marromeu

1998, 10 de Agosto: Privatização da fábrica de Marromeu

2000: Foi o último ano da paralisação,

ANEXO3 : Bairros da SSE-Marromeu

Nome do Bairro	Data da Construção	Moradores
Luane	Nos anos 60	sazonais
SEPE	Nos anos 60	Sazonais
Central	Nos anos 60	Sazonais
Fumbe	Nos anos 60	Sazonais
Primária	Nos anos 60	Sazonais
Juncua	Nos anos 60	Sazonais
Salone	Nos anos 60	Sazonais
Nyamadawe	Nos anos 60	Sazonais
Marroye	Nos anos 60	Sazonais
Tema	Nos anos 60	Sazonais
Baliera	Nos anos 60	Sazonais
Vasco da Gama	*	Efectivos
Macurungo		Efectivos
Infantário		Efectivos

Fonte: Cocorico,2004

* O entrevistado referiu que já não se recordava da data da construção deste Bairros. Mas é muito provável que tenham sido construídos antes. Isto porque os residentes destes Bairros eram o pessoal especializado, maioritariamente estrangeiros e colonos.